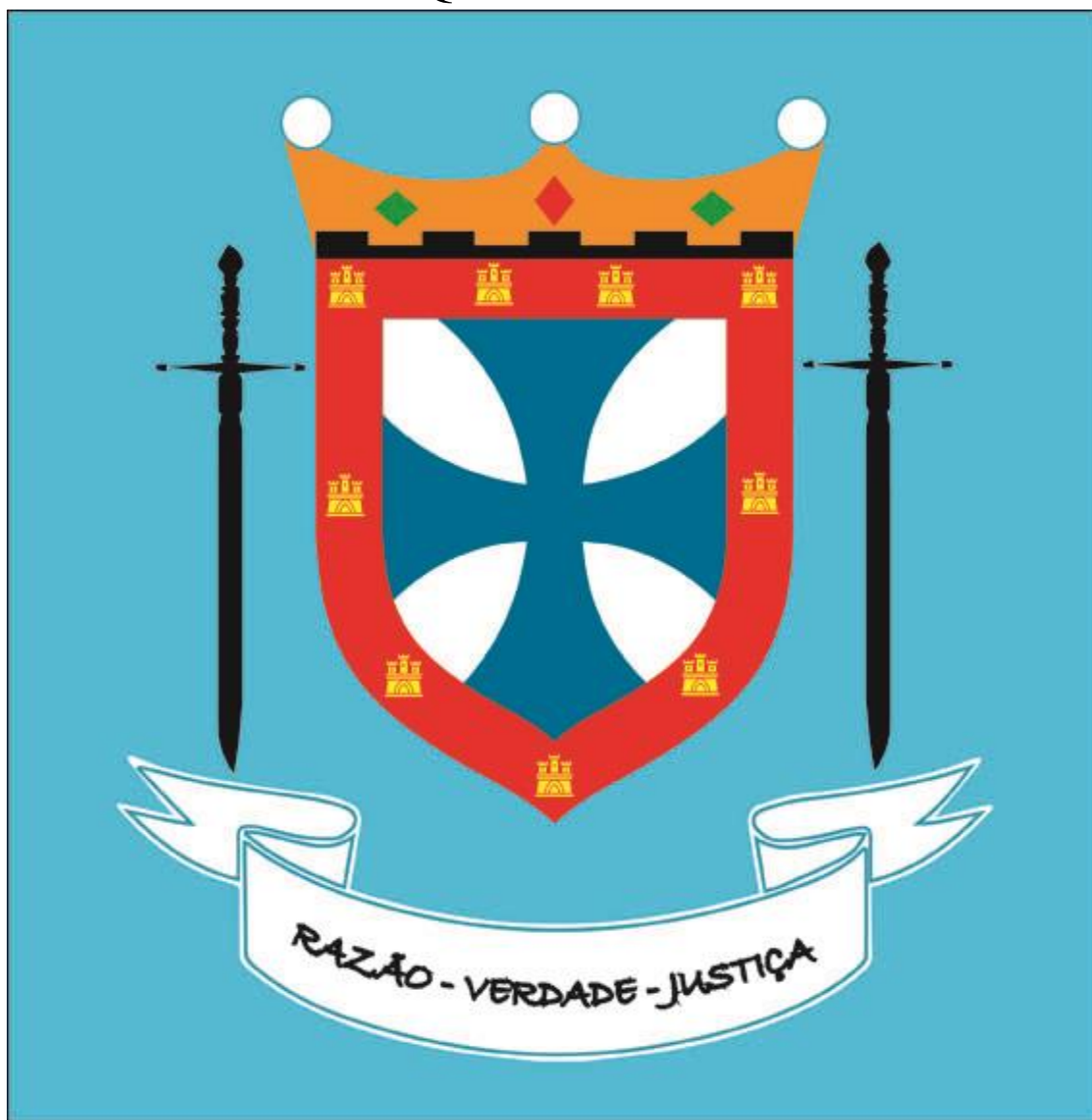


CASA IMPERIAL PORTUGUESA
COLECÇÃO
LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR
AO REAL CÓDIGO DO PROCESSO PENAL
MONÁRQUICO PORTUGUÊS



DIPLOMA DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA,
DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO
FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

TÍTULO PRIMEIRO – CRIMINALIDADE ORGANIZADA, BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E CONCEITOS.

1 – O presente diploma tem como objecto a definição do regime jurídico aplicável à criminalidade organizada, ao branqueamento de vantagens de proveniência lícita e ilícita e ao financiamento do terrorismo, bem como estabelece as directrizes de natureza preventiva e repressiva face aos mesmos crimes tentados ou praticados.

2 – A criminalidade organizada, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo são proibidos e punidos nos termos da legislação penal aplicável.

3 – Para efeitos do presente diploma compreende-se por:

a) ENTIDADES SUJEITAS – Todas as entidades financeiras e entidades não financeiras obrigadas aos termos constantes do presente diploma;

b) RELAÇÃO DE NEGÓCIO – A relação de natureza económica comercial ou profissional entre as entidades sujeitas e os seus clientes, que no momento em que se estabelece faça compreender que venha a ser duradoura;

c) TRANSACÇÃO OCASIONAL – qualquer relação de natureza económica comercial ou profissional entre as entidades sujeitas e os seus clientes, fora do âmbito de uma relação de negócio anteriormente estabelecida e cuja sua natureza faça compreender venha a ser ocasional, esporádica ou única;

d) CENTROS DE INTERESSES COLECTIVOS SEM PERSONALIDADE JURÍDICA – Os patrimónios autónomos, nomeadamente condomínios de imóveis em propriedade horizontal e heranças jacentes;

e) BENEFICIÁRIO EFECTIVO – A pessoa singular ou colectiva por conta de quem é realizada uma operação, transacção ou actividade ou que em última instância detém ou controla o cliente;

f) PESSOAS PUBLICAMENTE EXPOSTAS – Todas os cidadãos que desempenharam ou desempenhem cargos de natureza públicos nos quadros técnicos dos órgãos de soberania, empresas ou instituições estatais e nas parcerias público privadas, bem como diplomatas e representantes de órgãos de soberania, empresas e instituições imperiais portuguesas, internacionais e de estados soberanos terceiros a operar no exercício de funções no espaço territorial português;

g) BANCO DE FACHADA – Toda a instituição de crédito constituída em estado soberano ou jurisdição, sem que se estabeleça uma presença física efectiva que envolva uma administração, o secretariado e o estabelecimento comercial próprio exigido à relação profissional das operações a realizar;

h) ESTADO SOBERANO EQUIVALENTE – Todo o estado soberano que constar de portaria da área presidencial das finanças, como tendo normas legislativas de prevenção e supervisão equivalentes ao reino de Portugal, nas matérias de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;

i) PRESTADORES DE SERVIÇOS A SOCIEDADES, OUTRAS PESSOAS COLECTIVAS OU CENTROS DE INTERESSE COLECTIVOS SEM PERSONALIDADE JURÍDICA – Qualquer pessoa individual ou colectiva que a título profissional prestar a terceiros serviços de:

1 – Constituição de sociedades individuais e colectivas, outras pessoas colectivas ou centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica, bem como a prestação de serviços conexos de representação, gestão e administração dessas mesmas entidades;

2 – Realização do Exercício e desempenho de funções de administrador, secretário ou sócio de uma sociedade colectiva, de outra pessoa colectiva ou de centro de interesses colectivos sem personalidade jurídica.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO.

1 – Todas as entidades financeiras e entidades não financeiras registadas, certificadas e habilitadas para o exercício de funções profissionais no espaço territorial português, ficam sujeitas e obrigadas aos condicionamentos, supervisão, fiscalização e controlo constantes do presente diploma.

2 – O presente diploma estabelece um regime especial de quebra do segredo profissional, de recolha de prova e perda de bens a favor do estado, relativamente aos crimes de:

a) Tráfico de armas e de material bélico, plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas, estupefacientes, álcool, tabaco e medicamentos;

b) Terrorismo e organização terrorista;

c) Tráfico de influência;

d) Corrupção activa e passiva;

e) Peculato;

f) Participação económica em negócio;

g) Branqueamento de capitais, branqueamento de operações comerciais e troca comercial directa;

h) Associação criminosa;

i) Contrabando;

- j) Tráfico e viciação de meios de transporte furtados;
- l) Lenocínio, prostituição e pornografia;
- m) Contrafacção e falsificação;
- n) Escravidão e tráfico de pessoas e de órgãos humanos;
- o) Jogo ilegal;
- p) Suborno, extorsão, infidelidade, infidelidade diplomática e usura;
- q) Insolvência dolosa e administração danosa;
- r) Especulação, conspiração por especulação e receptação;
- s) Abuso de patente e pirataria;
- t) Subversão, adulteração e transformação;
- u) Enriquecimento ilícito.

3 – Ficam obrigadas a controlo pelos respectivos reais institutos portugueses todas as operações, transacções e actividades realizadas pelos agentes económicos no reino de Portugal e de Portugal para com o império português e para com os estados soberanos externos ao império português.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES FINANCEIRAS.

1 – Estão sujeitas às disposições do presente diploma as seguintes entidades com sede em espaço territorial português:

- a) Instituições de crédito;
- b) Empresas de investimento e outras sociedades financeiras;
- c) Entidades que tenham a seu cargo a gestão ou comercialização de fundos, obrigações, certificados, acções e participações sociais;
- d) Organismos de investimento colectivo que comercializem as suas unidades de participação e as entidades gestoras de participações sociais;
- e) Empresas de seguros e mediadores de seguros;
- f) Sociedades de titularização de créditos;
- g) Sociedades e investidores de capital de risco;
- h) Sociedades de consultoria para investimentos;
- i) Sociedades que prossigam actividades que tenham por objecto contratos relativos ao investimento em bens corpóreos;
- j) Empresas dos sectores turístico e de viagens, autorizados a exercer de modo acessório e limitado a actividade de câmbio manual de divisas;

l) Sociedades gestoras de mercados de valores mobiliários, sociedades gestoras de sistema de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários e sociedades gestoras de mercados de câmbio.

2 – São igualmente abrangidas as sucursais e filiais situadas no espaço territorial português das entidades referidas no número anterior com sede no império português ou em estados internacionais, bem como as sucursais e filiais financeiras exteriores.

3 – A presente lei aplica-se ainda às entidades que prestem serviços postais e ao real banco de Portugal na medida em que prestam serviços financeiros ao público.

4 – Para efeitos da presente lei as entidades referidas nos números anteriores são designadas entidades financeiras.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS.

1 – Estão sujeitas às disposições do presente diploma as seguintes entidades que exerçam actividade em espaço territorial português:

- a) Concessionárias de exploração de jogo em casinos;
- b) Entidades de exploração de jogo por sistema informático;
- c) Entidades pagadoras de prémios de apostas ou lotarias e concursos;
- d) Cidadãos ou entidades que exerçam actividades com roletas populares, brindes e rifas;
- e) Concessionárias de exploração de hipódromos;
- f) Concessionários de exploração de bingos;
- g) Entidades que exerçam actividades de mediação imobiliária e de compra e revenda de imóveis, entidades da construção que procedam à venda directa de imóveis e entidades que procedam à manutenção, conservação, reparação e restauro de imóveis;
- h) Entidades que exerçam actividades de produção, fabrico, importação, exportação, introdução, expedição, comercialização, compra, venda, manutenção, conservação, reparação, restauro e aluguer de meios de transporte;
- i) Agrícolas, pecuários, pesqueiros, extractores, artesãos, industriais, comerciantes e prestadores de serviços, que transaccionem bens materiais ou serviços cujo montante seja igual ou superior a 100 contos, independentemente de a transacção ser realizada através de uma única operação ou de várias operações aparentemente relacionadas entre si;
- j) Revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas, auditores externos e consultores fiscais;
- l) Notários, conservadores de registos, advogados, solicitadores e outros profissionais independentes, constituídos em sociedade ou em prática individual

que intervenham ou assistam por conta de um cliente ou noutras circunstâncias, em operações:

1 – De compra e venda de bens imóveis, estabelecimentos comerciais e industriais e participações sociais;

2 – De gestão de fundos, valores mobiliários ou outros activos pertencentes a clientes;

3 – De abertura e gestão de contas bancárias, de poupança ou de valores mobiliários;

4 – De criação, exploração ou gestão de empresas ou estruturas de natureza análoga, bem como de centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica;

5 – Financeiras ou imobiliárias, em representação do cliente;

6 – De alienação e aquisição de direitos sobre praticantes de actividades desportivas profissionais;

7 – De alienação e aquisição de direitos sobre artistas de actividades culturais profissionais;

8 – De alienação e aquisição de direitos sobre detentores de patentes;

m) Prestadores de serviços a sociedades, a outras pessoas colectivas ou centros de interesses colectivos sem personalidade jurídica, que não estejam abrangidos nas alíneas j) e l).

2 – Para efeitos da presente lei as entidades referidas no número anterior são designadas entidades não financeiras.

ARTIGO QUINTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS.

1 – As leis e os conceitos técnicos contidos no presente diploma são compreendidos em harmonia com as convenções relativas à criminalidade organizada, ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo ratificadas pelo estado português.

2 – O presente diploma explicitará as leis exigidas à integridade de todo o processo e à sua plena execução, mencionando a referência aos deveres, modos e procedimentos de prevenção, abordagem e realização das operações, transacções ou actividades económicas a efectivar, aos instrumentos de denúncia, a outros meios de produção de prova, à quebra do segredo profissional, bem como às entidades de supervisão, fiscalização e controlo, informação e estatística, aos registos a elaborar, comunicações e informações a prestar, aos relatórios a fornecer e às sentenças inerentes ao desrespeito e violação pela regulamentação do presente diploma.

ARTIGO SEXTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO.

1 – Todos os cidadãos ou entidades autorizados ou autorizadas ao exercício de actividades económicas no reino de Portugal, são obrigados a prestar no imediato momento em que legitimamente lhes for exigida e requerida, todas as informações e elementos solicitados pelas entidades com poder de supervisão, fiscalização e controlo.

ARTIGO SÉTIMO – PREVENÇÃO DO CRIME.

1 – Para efeitos da acção de prevenção dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, todas as operações financeiras realizadas pelos cidadãos e entidades em exercício de actividades económicas no reino de Portugal e do reino de Portugal para com o império português e para com o mundo, realizar-se-á por via de transferência bancária ou por via do uso e utilização de cartão de débito ou de cartão de crédito.

CAPÍTULO SEGUNDO – DEVERES DAS ENTIDADES SUJEITAS.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES GERAIS.

1 – As entidades sujeitas ao presente diploma estão obrigadas no exercício da respectiva actividade ao cumprimento dos seguintes deveres gerais:

- a) Dever de identificação;
- b) Dever de diligência;
- c) Dever de recusa;
- d) Dever de conservação;
- e) Dever de exame;
- f) Dever de comunicação;
- g) Dever de abstenção;
- h) Dever de colaboração;
- i) Dever de segredo;
- j) Dever de controlo; e
- l) Dever de formação.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE IDENTIFICAÇÃO.

1 – As entidades sujeitas ao presente diploma devem exigir e verificar a identidade dos seus clientes e dos respectivos representantes:

a) Sempre que estabeleçam relações de negócios;

b) Sempre que efectuem transacções comerciais de montante igual ou superior a 100 contos, independentemente de a transacção ser realizada através de uma única operação ou de várias operações que aparentem estar relacionadas entre si;

c) Sempre que se suspeitem que as operações independentemente do seu valor e de qualquer excepção ou patamar, possam estar relacionados com os crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais ou do financiamento do terrorismo, tendo presente nomeadamente a sua natureza, complexidade, carácter atípico ou não habitual em relação ao perfil ou actividade do cliente, os valores envolvidos, a frequência, local de origem e de destino, situação económica e financeira dos intervenientes ou meios de pagamento utilizados;

d) Sempre que existam dúvidas quanto à veracidade ou à adequação dos dados de identificação dos clientes, previamente obtidos.

2 – A verificação da identidade deve ser efectuada mediante a apresentação de:

a) Documento de identificação original válido com fotografia, do qual conste o nome completo, a data de nascimento e a nacionalidade, no caso de pessoas singulares; e

b) Cartão de identificação de pessoa colectiva, de certidão do registo comercial ou sempre que pessoa colectiva não residente em espaço territorial português de documento equivalente, no caso de pessoas colectivas.

3 – Sempre que haja conhecimento ou fundadas suspeitas de que o cliente não actua por conta própria, devem as entidades sujeitas obter do cliente as informações necessárias, precisas e exigidas a permitir à entidade sujeita conhecer a identidade do beneficiário efectivo, devendo ser adoptadas as directrizes adequadas à verificação da veracidade da informação prestada, em função do risco de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSAMENTO DA VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE.

1 – A verificação da identidade do cliente, dos seus representantes e quando for o caso do beneficiário efectivo, deve ter lugar no momento em que for estabelecida a relação de negócio ou antes da realização de qualquer transacção ocasional.

2 – Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, quando o risco de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo for limitado e se o contrário não resultar de norma legal ou regulamentar aplicável à actividade da entidade sujeita, a verificação da identidade prevista no número anterior pode ser completada após o início da relação de negócio, se tal se mostrar indispensável para a execução da operação, devendo os procedimentos de identificação ser concluídos no mais curto espaço de tempo possível.

3 – No caso de abertura de contas de depósito bancário, as instituições de crédito não podem permitir a realização de quaisquer movimentos a débito ou a crédito na conta subsequente ao depósito inicial, disponibilizar quaisquer instrumentos de pagamento sobre a conta ou efectuar quaisquer alterações na sua titularidade, enquanto não se mostrar verificada a identidade do cliente, de acordo com as disposições legais ou regulamentares aplicáveis.

4 – No caso do jogo por sistema informático, as entidades de exploração deveram para além do nome do frequentador, da data de nascimento, da nacionalidade, do número, identificação e validade do cartão de identificação, deve mencionar o número de identificação bancário e o número pessoal de acesso e utilização da rede informática.

5 – No caso dos contratos de seguro vida, a verificação da identidade do beneficiário da apólice pode ocorrer depois de estabelecida a relação de negócio, mas sempre antes do pagamento de qualquer benefício ou antes da data em que o beneficiário tencione exercer os direitos conferidos pela apólice.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DILIGÊNCIA.

1 – Para além da identificação do cliente, representante ou beneficiário efectivo, as entidades sujeitas devem:

- a) Adoptar directrizes adequadas a compreender a estrutura de propriedade e de controlo do cliente, sempre que for uma pessoa colectiva ou um centro de interesses colectivos sem personalidade jurídica;
- b) Obter informações sobre a finalidade e a natureza pretendida da relação de negócio;
- c) Obter informações quando o perfil de risco do cliente ou as características próprias da operação o justificarem, sobre a origem e o destino dos fundos movimentados no âmbito de uma relação de negócio ou na realização de uma transacção ocasional;
- d) Manter um acompanhamento contínuo da relação de negócio, a fim de certificar que tais transacções sejam consentâneas com o conhecimento que a entidade detém das actividades e do perfil de risco do cliente, bem como para detectar transacções complexas ou de valor anormalmente elevado que não aparentem ter objectivo económico ou fim lícito;
- e) Manter actualizados os elementos e informações obtidas no decurso da relação de negócio.

2 – Os procedimentos de diligência devida em relação aos clientes são aplicáveis quer aos novos clientes, quer aos já existentes, de modo regular e em função do nível de risco existente.

ARTIGO QUINTO – ADEQUAÇÃO AO GRAU DE RISCO.

1 – No cumprimento dos deveres de identificação e de diligência previstos nos artigos 2º e 4º do presente capítulo respectivamente, as entidades sujeitas podem e devem adoptar e adaptar a natureza e a extensão dos procedimentos de verificação e das medidas de diligência, em função do risco associado ao tipo de cliente, à relação de negócio, ao produto, à transacção e à origem ou ao destino dos fundos.

2 – As entidades sujeitas devem estar em todo o momento preparadas para demonstrar a adequação dos procedimentos adoptados nos termos do número anterior, sempre que tal lhes seja exigida pelas autoridades competentes de supervisão, fiscalização e controlo.

ARTIGO SEXTO – DEVER DE DILIGÊNCIA REFORÇADO.

1 – Sem prejuízo do cumprimento do disposto nos artigos 2º e 4º do presente capítulo, as entidades sujeitas devem aplicar directrizes de diligência acrescidas em relação aos clientes e operações que pela sua natureza, perfil ou características das operações desenvolvidas, possam revelar um maior risco de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

2 – São sempre aplicáveis directrizes acrescidas de diligência às operações:

- a) Realizadas à distância e especialmente às que possam favorecer o anonimato;
- b) Realizadas com pessoas publicamente expostas que residam ou não no espaço territorial português;
- c) De correspondência bancárias com instituições de crédito estabelecidos em países exteriores ao império português;
- d) A cidadãos ou entidades referenciadas pelas autoridades de supervisão, fiscalização e controlo do respectivo sector ministerial,
- e) Com beneficiários efectivos de contas de clientes abertas em instituições de crédito, tituladas por advogados ou solicitadores estabelecidos no espaço territorial português.

3 – Sem prejuízo da regulamentação emitida pelas autoridades competentes, nos casos em que a operação se realize sem a presença física do cliente ou do seu representante, a verificação da identidade pode ser completada por um dos seguintes meios:

- a) Documentos ou informações suplementares considerados adequados a verificar ou certificar os dados fornecidos pelo cliente, nomeadamente os elementos fornecidos pelo real banco de Portugal e pelos órgãos de soberania fiscais;
- b) Realização do primeiro pagamento relativo à operação através de uma conta aberta em nome do cliente junto de uma instituição de crédito.

4 – Quanto às relações de negócios ou transacções ocasionais com pessoas publicamente expostas residentes ou não no espaço territorial português, as entidades sujeitas devem:

a) Dispor de procedimentos adequados e baseados no risco para determinar se o cliente poderá ser considerado uma pessoa publicamente exposta;

b) Obter autorização da hierarquia imediata antes de estabelecer relações de negócios com tais clientes;

c) Adoptar as directrizes exigidas a determinar a origem do património e dos fundos envolvidos das relações de negócio ou das transacções ocasionais;

d) Efectuar um acompanhamento contínuo acrescido da relação de negócio.

ARTIGO SÉTIMO – DEVER DE RECUSA.

1 – As entidades sujeitas devem recusar efectuar qualquer operação em conta bancária, iniciar uma relação de negócios ou realizar qualquer transacção ocasional, quando:

a) Não forem facultados os documentos previstos no artigo 2º, do presente capítulo, para a identificação do cliente, do seu representante ou do beneficiário efectivo, sempre que o mesmo exista;

b) Não for fornecida a informação prevista no artigo 4º, do presente capítulo, sobre a estrutura da propriedade e controlo do cliente, a natureza e a finalidade da relação de negócio e a origem e o destino dos fundos.

2 – Sempre que ocorrer a recusa prevista no número anterior, as entidades sujeitas devem analisar as circunstâncias que a determinaram e sempre que suspeitem que a relação de negócio possa estar relacionada com a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, devem efectuar as devidas comunicações à real procuradoria de justiça portuguesa e ao respectivo real instituto português envolto das respectivas competências de supervisão e fiscalização e ponderar pôr termo à relação de negócio.

ARTIGO OITAVO – DEVER DE CONSERVAÇÃO.

1 – As cópias ou referências aos documentos comprovativos do cumprimento do dever de identificação e de diligência devem ser conservados por um período de dez anos após o momento em que a identificação se processou ou no caso da relação de negócio após o termo da relação, bem como deveram ser conservados pelo mesmo período de tempo os documentos contabilísticos, relativos à orçamentação, facturação e pagamentos respectivos.

2 – Os originais, cópias, referências ou quaisquer suportes duradouros, com idêntica força probatória, dos documentos comprovativos e dos registos das operações

respectivos devem ser conservados de molde a permitir a reconstituição da operação, durante um período de dez anos a contar da sua execução, ainda que no caso de ser inserida numa relação de negócio a mesma já tenha culminado.

ARTIGO NONO – DEVER DE EXAME.

1 – Sem prejuízo do dever de diligência reforçado as entidades sujeitas devem examinar com especial atenção e cuidado, de acordo com a sua experiência profissional, qualquer conduta, actividade ou operação cujos elementos caracterizadores a tornem particularmente susceptível de poder estar relacionado com os crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

2 – Para efeitos do número anterior afirmam especial importância os seguintes elementos caracterizadores:

- a) A natureza, a finalidade, a frequência, a complexidade, a invulgaridade e a atipicidade da conduta, actividade ou operação;
- b) A aparente inexistência de um objectivo económico ou de um fim lícito associado à conduta, actividade ou operação;
- c) O montante, a origem e o destino dos fundos movimentados;
- d) Os meios de pagamento utilizados;
- e) A natureza, a actividade, o padrão operativo e o perfil dos intervenientes;
- f) O tipo de transacção, bem material ou serviço que possam favorecer especialmente o anonimato.

3 – Os resultados do exame referido no número anterior, deveram ser reduzidos a escrito e conservados por um período de dez anos, ficando ao dispor dos auditores quando os mesmos existam e das entidades de supervisão, fiscalização e controlo.

4 – A aferição do grau de suspeição evidenciado por uma conduta, actividade ou operação não pressupõe necessariamente a existência de qualquer tipo de prova documental confirmativa da suspeita, antes decorrendo da apreciação das circunstâncias concretas, à luz dos critérios de diligência exigidos a um profissional, na análise e apreciação da situação.

ARTIGO DÉCIMO – DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – As entidades sujeitas devem por sua própria iniciativa informar a real procuradoria de justiça portuguesa, sempre que conheçam, suspeitem ou tenham razões suficientes para suspeitar que decorram, está em curso ou foi tentada uma operação susceptível de configurar a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais ou do financiamento do terrorismo.

2 - As informações fornecidas nos termos do número anterior apenas puderam ser usadas em actos de processo penal, não podendo ser revelado em caso algum a identidade de quem as forneceu.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DEVER DE ABSTENÇÃO.

1 – As entidades sujeitas devem abster-se de executar e realizar qualquer operação, sempre que detenham o conhecimento ou suspeitem de configurar a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

2 – A entidade sujeita deve informar no imediato a real procuradoria de justiça portuguesa de que se absteve de executar a operação suspeita, competindo à real procuradoria de justiça portuguesa determinar pela suspensão da execução da operação suspeita notificando para o efeito a entidade sujeita.

3 – A operação suspensa pode todavia ser realizada se a ordem de suspensão não for confirmada pelo juiz de instrução criminal no prazo de setenta e duas horas, a contar da entrada no órgão de soberania jurídico competente pelo processo, nos termos do número anterior.

4 – Sempre que a entidade sujeita considerar que a abstenção referida no número 1, não é possível ou que após consulta à real procuradoria de justiça portuguesa e ao real instituto português envolto das competências de supervisão e fiscalização, pode ser susceptível de prejudicar a prevenção ou a futura investigação criminal em curso, a operação pode ser realizada, devendo a entidade sujeita fornecer a todo o momento à real procuradoria de justiça portuguesa, à autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competente pela investigação criminal e ao real instituto português todas as informações respeitantes à operação.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO.

1 – As entidades sujeitas devem prestar prontamente a colaboração requerida pelo procurador de justiça português competente pelo processo para o pleno exercício das suas funções e poderes consignados, pela autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal responsável pela direcção do inquérito ou pelas autoridades competentes de supervisão, fiscalização e controlo do cumprimento dos deveres previstos no presente diploma, de acordo com as competências legais, nomeadamente garantindo o acesso directo às informações e facultando os documentos ou registos solicitados.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEVER DE SEGREDO.

1 - As entidades sujeitas, bem como os membros dos respectivos órgãos sociais, todos os cidadãos que nelas exerçam funções de direcção, de gerência ou de chefia, os seus funcionários, os mandatários e outros cidadãos que lhes prestem serviços a título permanente, sazonal ou ocasional, não podem revelar ao cliente ou a terceiros a

transmissão das comunicações legalmente estabelecidas com as entidades competentes ou que se encontra em curso uma investigação criminal.

2 – Constitui violação do segredo de justiça, a comunicação, divulgação e difusão de informação para efeitos de prevenção da criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a instituições que integrem o mesmo grupo empresarial, que se encontrem no espaço territorial português, nos estados soberanos constituintes do império português ou em estados soberanos externos ao império português, bem como às pessoas referidas nas alíneas h) e i) do artigo 4º, do presente capítulo, que prestem serviço ou sejam profissionais da mesma pessoa ou de um grupo de sociedades a que a mesma pertença, com propriedade ou órgãos de administração comuns.

3 – Não constitui violação do dever enunciado no número 1, a divulgação de informações legalmente devidas às autoridades de supervisão, fiscalização e controlo dos deveres previsto no presente diploma, incluindo os organismos de regulação profissional das actividades ou profissões sujeitas ao presente diploma.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROTECÇÃO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

1 – As informações prestadas de boa-fé pelas entidades sujeitas, no cumprimento dos deveres enumerados nos artigos 10º, 11 e 12º, não constitui violação de qualquer dever de segredo imposto por via legislativa, regulamentar ou contratual, nem implicam para quem as preste, responsabilidades acrescidas à veracidade da informação prestada.

2 – Todo o cidadão ou entidade que ainda por mera negligência revelar, fornecer ou favorecer à descoberta da identidade de quem forneceu a informação ao abrigo dos artigos 10º, 11 e 12º, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 7 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

3 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a situação económica da vítima e a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

4 – Se do acto crime:

a) Resultar a morte de cidadãos, o autor é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao total do número de anos que medeiam entre a idade de cada uma vítima no momento dos factos e a estimativa média de vida dos cidadãos, os 85 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o cônjuge ou cônjuges e para os familiares directos;

c. Numa pena nunca inferior a 21 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e a água;

h. Com direito a um dia de visita mensal;

b) Resultarem lesões para cidadãos e a exigência de cuidados, tratamentos e intervenções de saúde, os mesmos serão suportados pelo autor na íntegra e pelo período de tempo no qual os mesmos se prolongarem, mesmo que em liberdade depois de cumprida a pena de cadeia efectiva.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEVER DE CONTROLO.

1 – As entidades sujeitas devem definir e aplicar directrizes, normas e procedimentos internos que se mostrem adequados ao rigoroso cumprimento dos deveres previstos no presente diploma, nomeadamente em matéria de controlo interno, gestão e avaliação de risco e de auditoria interna, a fim de eficazmente prevenirem a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DEVER DE FORMAÇÃO.

1 – As entidades sujeitas devem adoptar directrizes exigidas para que dirigentes e funcionários, cujas funções sejam relevantes para efeitos da prevenção da criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, detenham um conhecimento adequado às exigências das obrigações impostas pela legislação e regulamentação em vigor nesta matéria.

2 – As medidas previstas no número anterior devem incluir programas específicos e regulares de formação, adequados a cada um sector de actividade económico, que habilitem e qualifiquem os seus destinatários a reconhecer operações que possam estar relacionadas com a prática dos mesmos crimes e a actuar de acordo com as disposições do presente diploma e das respectivas normas regulamentares.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DEVERES DAS ENTIDADES FINANCEIRAS.

1 – As entidades financeiras estão sujeitas aos deveres enunciados no artigo 1º, do presente capítulo, com as especificações previstas nos artigos seguintes e nas normas que regulamentam os mencionados deveres, emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão, fiscalização e controlo, nos termos do presente diploma e dos diplomas que regulam o respectivo sector de actividade económico.

2 – Em caso algum é permitida a abertura de contas ou a existência de cadernetas anónimas, bem como a subscrição de quaisquer títulos ou depósito de valores patrimoniais sem a identificação do respectivo titular.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXECUÇÃO DOS DEVERES POR TERCEIROS.

1 – As entidades financeiras ficam autorizadas a permitir a execução dos deveres de identificação e diligência em relação aos seus clientes, enunciados no artigo 2º e nas alíneas a) a c) do número 1, do artigo 4º, do presente capítulo, nas informações cedidas pelo real banco de Portugal e pelos órgãos de soberania fiscais, sem prejuízo do dever do segredo e sigilo profissional a que os mesmos estão obrigados face aos demais dados constantes dos órgãos de soberania fiscais e do real banco de Portugal, nos termos a regulamentar em uníssono pelo real instituto financeiro português, pelo real banco de Portugal e pelos órgãos de soberania fiscais.

2 – Compete ao PRESIDENTE das áreas presidenciais financeira e fiscal zelar diplomaticamente pelas informações requeridas pelo real banco de Portugal e pelos órgãos de soberania fiscais quando a informação requerida respeitar a entidades residentes em estados soberanos constituintes do império português e em estados soberanos externos ao império português.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DEVER ESPECÍFICO DE DILIGÊNCIA REFORÇADO.

1 – As entidades financeiras que sejam instituições de crédito devem também aplicar directrizes reforçadas de diligência às relações transfronteiriças de correspondência bancária com instituições estabelecidas nos estados soberanos do império português e em estados soberanos externos ao império português.

2 – Para os efeitos do número anterior, as instituições de crédito devem obter informações suficiente sobre a instituição correspondente, de modo e forma a compreender a natureza da actividade, avaliar os seus procedimentos de controlo interno em matéria da criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e apreciar com base em informações publicamente conhecidas a sua reputação e as características da respectiva supervisão, fiscalização e controlo.

3 – A relação de correspondência deve ser autorizada a nível da hierarquia imediata e as respectivas responsabilidades devem ser reduzidas a escrito.

4 – Sempre que a relação de correspondência envolver contas correspondentes de transferência, a instituição de crédito deve confirmar que foi verificada a identidade do cliente que dispõe de acesso directo à conta e que é observado o dever de diligência por parte da instituição respondente, assegurando-se ainda que aqueles elementos lhe possam ser fornecidos e facultados a sua solicitação.

ARTIGO VIGÉSIMO – DEVER ESPECÍFICO DE COMUNICAÇÃO.

1 – Em caso de operações que relevem especial risco dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, nomeadamente quando se relacionarem com um determinado estado soberano ou jurisdição sujeito a directrizes adicionais decididas pelos estados soberanos constituintes do império português, as autoridades de supervisão do respectivo sector ministerial, podem determinar o dever específico de comunicação imediata dessas operações à real procuradoria de justiça portuguesa e ao real instituto português envolto da competência de supervisão da actividade, independentemente do valor da operação a efectuar.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DEVER ESPECÍFICO DE COLABORAÇÃO.

1 – As entidades financeiras devem possuir sistemas e instrumentos que lhes permitam responder de forma pronta e cabal, aos pedidos de informação apresentados pela real procuradoria de justiça portuguesa, pelos reais institutos portugueses envolvidos das competências de supervisão e fiscalização e pelas autoridades judiciais ou órgão de polícia criminal legalmente competentes, destinados a determinar se mantêm, mantiveram nos últimos dez anos ou se estão prestes a realizar relações de negócio com determinada pessoa singular ou colectiva e qual a natureza da mesma relação.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – SUCURSAIS E FILIAIS EM ESTADOS SOBERANOS EXTERNOS AO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – As entidades financeiras relativamente às sucursais ou filiais em que detenham uma participação maioritária, estabelecidas em estados soberanos externos ao império português, devem:

a) Aplicar directrizes equivalentes às previstas no presente diploma em matéria de deveres;

b) Comunicar as directrizes, normas e procedimentos internos definidos em cumprimento do disposto no artigo 15º que se mostrem aplicáveis no âmbito da actividade das sucursais e das filiais;

2 – Sempre que a legislação do estado soberano externo ao império português, não permita a aplicação das directrizes previstas na alínea a) do número anterior, as entidades financeiras devem informar o facto às respectivas autoridades de supervisão e fiscalização portuguesas e empreender directrizes suplementares destinadas a prevenir o risco dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – BANCOS DE FACHADA.

1 – É proibido e vedado às instituições financeiras estabelecerem relações de correspondência com bancos de fachada.

2 – As instituições financeiras devem ainda diligenciar no sentido de não estabelecer relações de correspondência com outras instituições financeiras que reconhecidamente permitam que as suas contas sejam utilizadas por bancos de fachada.

3 – No imediato momento que as instituições financeiras tenham conhecimento de que mantêm uma relação de correspondência com as entidades referidas no número anterior, devem pôr termo à mesma relação.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DEVERES DAS ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS.

1 – As entidades não financeiras estão sujeitas aos deveres enunciados no artigo 1º, do presente capítulo, com as especificações previstas nos artigos seguintes e nas normas que regulamentam os mencionados deveres, emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão, fiscalização e controlo, nos termos do presente diploma e dos diplomas que regulam o respectivo sector de actividade económico.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONCESSIONÁRIOS DE EXPLORAÇÃO DE JOGO EM CASINOS.

1 – Os concessionários de exploração de jogo em casinos, ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores à entrada da sala, verificar a identidade dos investidores sempre que adquirirem ou trocarem fichas de jogo, talões ou símbolos

convencionais utilizáveis para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos frequentadores identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários das fichas, talões ou símbolos convencionais que tenham adquirido no acto de investimento.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As comunicações a empreender nos termos do presente diploma devem ser efectuadas pela administração da empresa concessionária.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENTIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGO POR SISTEMA INFORMÁTICO.

1 – As entidades de exploração de jogo por sistema informático, ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores do correspondente sistema operativo informático, verificar a identidade dos investidores sempre que adquirirem ou trocarem os créditos virtuais do jogo utilizáveis para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos créditos virtuais que tenham adquirido no acto de investimento.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo no acto de inscrição e acesso ao sistema operativo informático.

3 – As comunicações a empreender nos termos do presente diploma devem ser efectuadas pela administração da entidade de exploração.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – ENTIDADES PAGADORAS DE PRÉMIOS DE APOSTAS, LOTARIAS E CONCURSOS.

1 – As entidades pagadoras de prémios de apostas, lotarias e de concursos realizados por quaisquer meios e formas, ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores dos jogos e concursos, verificar a identidade dos investidores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo ou concurso para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios do acto de investimento.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As comunicações a empreender nos termos do presente diploma devem ser efectuadas pela administração da entidade pagadora.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ROLETAS POPULARES, BRINDES E RIFAS.

1 – Os cidadãos ou entidades a exercer actividade com roletas populares e com brindes, bem como as entidades subscritoras de rifas realizadas por quaisquer meios e formas, ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os participantes do respectivo jogo, verificar a identidade dos investidores sempre que adquirirem qualquer título representativo do jogo para jogar e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos beneficiários dos prémios identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios do acto de investimento sempre que aos mesmos corresponda.

2 – A identidade dos participantes deve ser objecto de registo.

3 – As comunicações a empreender nos termos do presente diploma devem ser efectuadas pelo cidadão ou entidade a exercer a actividade ou pela entidade subscritora.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – CONCESSIONÁRIOS DE EXPLORAÇÃO DE HIPÓDROMOS.

1 – Os concessionários de exploração de hipódromos, ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores à entrada da jornada desportiva, verificar a identidade dos investidores sempre que adquirirem ou trocarem qualquer título utilizável nas apostas e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos frequentadores identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos títulos que tenham adquirido no acto de investimento.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As comunicações a empreender nos termos do presente diploma devem ser efectuadas pela administração da empresa concessionária.

ARTIGO TRIGÉSIMO – CONCESSIONÁRIOS DE EXPLORAÇÃO DE BINGOS.

1 – Os concessionários de exploração de bingos, ficam sujeitos aos seguintes deveres:

a) Identificar os frequentadores à entrada da sala, verificar a identidade dos investidores sempre que adquirirem ou trocarem quaisquer títulos utilizáveis nas apostas e registar no respectivo livro de transacções as de montante igual ou superior a 100 contos;

b) Transferir para as respectivas contas bancárias dos frequentadores identificados previamente, em cada momento, os montantes dos valores monetários dos prémios dos quais sejam beneficiários do acto de investimento.

2 – A identidade dos frequentadores deve ser objecto de registo.

3 – As comunicações a empreender nos termos do presente diploma devem ser efectuadas pela administração da empresa concessionária.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – ENTIDADES COM ACTIVIDADES DE CONSTRUÇÃO E DE IMOBILIÁRIO.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que exerçam actividades de construção, manutenção, conservação, reparação ou restauro de infra-estruturas e de imóveis, a actividade de mediação imobiliária de compra, venda, compra para revenda ou permuta de imóveis e a actividade de directa ou indirectamente, decidir, impulsionar, programar, dirigir e financiar, com recursos próprios ou alheios obras de construção de edifícios, com vista à sua posterior transmissão ou cedência, seja a que título for, devem proceder junto do real instituto da construção português:

a) Ao pedido de autorização para o exercício da actividade a exercer, nos termos do diploma da construção civil;

b) Ao envio em modelo próprio do real instituto da construção português, no imediato momento de cada uma operação ou transacção a realizar e a efectuar:

1 – Da identificação clara dos intervenientes;

2 – Do montante global do negócio a realizar;

3 – Da menção dos respectivos títulos representativos;

4 – Dos meios de pagamento utilizados;

5 – Da identificação da infra-estrutura ou imóvel;

6 – Da descrição da operação a executar;

7 – A identificação do alvará sempre que ao mesmo esteja obrigado.

2 – As pessoas singulares e colectivas, que no período de tempo que antecedeu à publicação do presente diploma, que já tenham iniciado as actividades de construção e de imobiliário referidas no número anterior, devem requerer ao instituto da construção e do

imobiliário I.P., no período de tempo que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, a autorização para o exercício da respectiva actividade, bem como os elementos referidos na alínea b) do número anterior referentes às operações em curso e execução.

3 – A comunicação referida no número anterior deve ser acompanhada de certidão ou da certidão permanente do registo comercial.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – ENTIDADES COM ACTIVIDADES ENVOLTAS DOS MEIOS DE TRANSPORTE.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que exerçam actividades de produção, fabrico, comercialização, importação, exportação, introdução, expedição, manutenção, conservação, reparação, restauro e aluguer de meios de transporte, peças e acessórios, a actividade de compra ou reparação para revenda de meios de transporte, bem como a actividade de transportes públicos ou privados de cidadãos, bens e mercadorias, devem proceder junto do real instituto dos transportes portugueses:

- a) Ao pedido de autorização para o exercício da actividade a exercer, nos termos do diploma dos transportes;
- b) Ao envio em modelo próprio do real instituto dos transportes portugueses:
 - 1 – Da descrição das operações a executar;
 - 2 – Da designação dos meios de transportes e marcas envoltas do exercício de actividade; ou
 - 3 – A designação dos serviços prestados à comunidade, número de viaturas, marca, combustível em uso, estados soberanos ou áreas de circunscrição geográfica e trajectos abrangidos pela prestação dos serviços;
 - 4 – Dos meios de pagamento utilizados;
 - 5 – A identificação pormenorizada do registo de propriedade dos meios de transporte, sempre que ao mesmo esteja obrigado.

2 – As pessoas singulares e colectivas, que no período de tempo que antecedeu à publicação do presente diploma, que já tenham iniciado as actividades envoltas dos meios de transporte referidas no número anterior, devem requerer ao instituto respectivo do exercício de actividade, no período de tempo que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, a autorização para o exercício da respectiva actividade, bem como os elementos referidos na alínea b) do número anterior referentes às operações em curso e execução.

3 – A comunicação referida no número anterior deve ser acompanhada de certidão ou da certidão permanente do registo comercial.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – AGRICULTORES, PECUÁRIOS, PESQUEIROS, EXTRACTORES, ARTESÃOS, INDUSTRIAIS, COMERCIANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS.

1 – As pessoas singulares ou colectivas que exerçam actividades agrícolas, pecuárias, de pesca, extracção, artesanais, industriais, comerciais e de prestação de serviços, devem proceder junto do real instituto português envolto das competências de autorização para o exercício da actividade:

a) Ao pedido de autorização respectivo para o exercício da actividade a exercer, nos termos dos respectivos diplomas;

b) Ao envio em modelo próprio do real instituto português respectivo:

1 – Da descrição das operações a executar;

2 – Da designação, quantidades e qualidade, tipo ou género dos produtos ou serviços prestados envoltos do exercício de actividade; ou

3 – Dos meios de pagamento utilizados.

2 – As pessoas singulares e colectivas, que no período de tempo que antecedeu à publicação do presente diploma, que já tenham iniciado as actividades referidas no número anterior, devem requerer ao instituto respectivo do exercício de actividade, no período de tempo que medeia entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, a autorização para o exercício da respectiva actividade, bem como os elementos referidos na alínea b) do número anterior referentes às operações em curso e execução.

3 – A comunicação referida no número anterior deve ser acompanhada de certidão ou da certidão permanente do registo comercial.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS, AUDITORES E CONSULTORES FISCAIS.

1 – No cumprimento do dever de comunicação previsto no artigo 10º, do presente capítulo, os revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas, auditores e consultores fiscais comunicam as operações suspeitas respectivamente ao bastonário da arte bastonária respectiva, competindo à respectiva ordem a comunicação, pronta e sem filtragem à real procuradoria de justiça portuguesa.

2 – Tratando-se de revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas, auditores e consultores fiscais, são abrangidos pelo dever de comunicação, as informações obtidas no contexto da avaliação da situação económica ou contabilística do cliente, no âmbito da consulta fiscal, no exercício da sua missão de defesa ou representação do cliente num processo judicial ou a respeito de um processo judicial, incluindo o aconselhamento relativo à maneira de propor ou evitar um processo, bem como as informações que sejam obtidas antes, durante ou após o acto processual.

3 – O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente ao exercício pelos revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas, auditores e consultores fiscais dos

deveres de abstenção e de colaboração previstas nos artigos 11º e 12º, do presente capítulo, competindo aos mesmos profissionais no âmbito do dever de colaboração, no imediato momento em que lhe for solicitada assistência pela autoridade judiciária, prestá-la com a presença do bastonário da arte bastonária respectiva da sua área de circunscrição geográfica, facultando os dados e elementos exigidos ao apuramento da veracidade das operações.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – ADVOGADOS E SOLICITADORES.

1 – No cumprimento do dever de comunicação previsto no artigo 10º, do presente capítulo, os advogados e os solicitadores comunicam as operações suspeitas respectivamente ao bastonário da arte bastonária dos advogados e dos solicitadores, competindo à ordem respectiva a comunicação, pronta e sem filtragem à real procuradoria de justiça portuguesa.

2 – Tratando-se de advogados e solicitadores e estando em causa operações referidas na alínea i) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do presente título, são abrangidos pelo dever de comunicação, as informações obtidas no contexto da avaliação da situação jurídica do cliente, no âmbito da consulta jurídica, no exercício da sua missão de defesa ou representação do cliente num processo judicial ou a respeito de um processo judicial, incluindo o aconselhamento relativo à maneira de propor ou evitar um processo, bem como as informações que sejam obtidas antes, durante ou após o acto processual.

3 – O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente ao exercício pelos advogados e solicitadores dos deveres de abstenção e de colaboração previstas nos artigos 11º e 12º, do presente capítulo, competindo aos mesmos profissionais no âmbito do dever de colaboração, no imediato momento em que lhe for solicitada assistência pela autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal, prestá-la com a presença do bastonário da arte bastonária respectiva da sua área de circunscrição geográfica, facultando os dados e elementos exigidos ao apuramento da veracidade das operações.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – DISSUAÇÃO DA PRÁTICA DA ACTIVIDADE.

1 – A tentativa de dissuasão de um cliente realizar um acto ou actividade considerada ilegal nos termos do presente diploma, pelas pessoas referidas na alínea h) e i) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do presente título, não configura divulgação de informação proibida nos termos do número 1 do artigo 13º, estando caso a operação se concretize e realize obrigado aos termos do artigo 34º ou do artigo 35º.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – DEVER ESPECÍFICO DE FORMAÇÃO.

1 – Sempre que a entidade não financeira sujeita for uma pessoa singular independente que exerça a sua função laboral, na qualidade de profissional de uma pessoa

colectiva, o dever de formação previsto no artigo 16º do presente capítulo, incide sobre a pessoa colectiva.

CAPÍTULO TERCEIRO – SEGREDO PROFISSIONAL.

ARTIGO PRIMEIRO – QUEBRA DE SEGREDO PROFISSIONAL.

1 – Na fase de inquérito, instrução ou de julgamento de processos relativos aos crimes previstos no presente diploma, cede o segredo profissional dos membros dos órgãos sociais, funcionários e de pessoas que às mesmas entidades prestem serviços, por existirem razões para crer que as respectivas informações contribuam decisivamente para o apuramento da veracidade processual.

2 – Para efeitos do presente diploma, o disposto no número anterior depende unicamente de ordem da autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competente pela direcção da investigação criminal respectiva, em despacho fundamentado.

3 – O despacho previsto no número anterior identifica os cidadãos abrangidos pela medida e especifica as informações que deveram ser prestadas e os documentos que deveram ser entregues, podendo afirmar a forma genérica para cada um dos abrangidos quando a especificação não seja possível, devendo todos os cidadãos ou entidades envolvidas do processo declarar e remeter toda a documentação que possuam face aos cidadãos ou entidades envolvidos do acto processual.

4 – Sempre que não for possível identificar o cidadão ou entidade titular das contas ou intervenientes nas transacções bastará a menção da identificação das contas e transacções relativamente às quais devem ser obtidas informações.

5 – Sempre que se trate de informações relativas a arguido no processo ou a pessoa colectiva, o despacho previsto no número 2 afirma a forma genérica abrangendo:

- a) Informações fiscais;
- b) Informações notariais;
- c) Informações sociais;
- d) Informações de jogo;
- e) Informações financeiras, relativas a contas bancárias e respectivos movimentos de que o arguido ou a pessoa colectiva seja titular ou cotitular, ou em relação às quais disponha de poderes para efectuar movimentos, bem como informações relativas a transacções bancárias e financeiras em que o arguido ou a pessoa colectiva sejam intervenientes;
- f) Identificação de outros intervenientes nas operações referidas na alínea e); e
- g) Documentos de suporte de informações referidas nas alíneas anteriores;

6 – Para cumprimento das alíneas do número anterior as autoridades judiciais e órgãos de polícia criminal com competências para a investigação, em colaboração com os responsáveis superiores pelos órgãos de soberania e entidades do jogo e financeiras, têm acesso às bases de dados da administração fiscal, notarial e social, bem como aos dados constantes das entidades do jogo e financeiras.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO DE ACESSO ÀS BASES DE DADOS.

1 – Após a emissão do despacho fundamentado previsto no artigo anterior, compete à autoridade judicial ou órgão de polícia criminal competente pelo processo, dirigir-se aos órgãos de soberania ou entidades respectivas e com o presidente do órgão de soberania ou responsável máximo pelas entidades no imediato momento aceder a todos os registos informáticos de movimentos em toda a diversidade de operações realizadas inerentes a cada órgão de soberania ou entidade, sendo os mesmos copiados no imediato.

2 – As informações que não estiverem disponíveis em suporte informático, serão no imediato momento analisadas com a presença da autoridade judicial e apurados os elementos a recolher no mais curto espaço de tempo possível.

3 – Sempre que a disponibilidade dos órgãos de soberania ou entidades envolvidas da investigação não se processar em toda a sua plenitude e existirem fundadas razões para crer ou suspeitar de que tenham sido ocultados elementos ou informações, a autoridade judicial ou órgão de polícia criminal titular pela investigação criminal procede à apreensão dos documentos ou registos informáticos mediante autorização na fase de inquérito do juiz de instrução.

4 – Os documentos ou os registos informáticos que não possuem quaisquer interesses ou relevância para a investigação em curso serão devolvidos à entidade que os forneceu, sendo os mesmos destruídos sempre que não se trate de originais, lavrando-se o respectivo auto.

5 – Sempre que as entidades referidas no número 1 não forem conhecidas, compete à autoridade judicial ou órgão de polícia criminal titular da direcção do processo solicitar ao real banco de Portugal a difusão do pedido de informação exigida à identificação da respectiva entidade, procedendo-se nos termos dos números anteriores.

ARTIGO TERCEIRO – CONTROLO DE CONTAS BANCÁRIAS.

1 – O controlo de contas bancárias obriga a respectiva instituição de crédito a revelar e comunicar no imediato quaisquer movimentos sobre a conta à autoridade judicial ou órgão de polícia criminal competente pelo processo.

2 – O controlo de conta bancária é autorizado e ordenado por despacho de juiz, sempre que exista interesse para a descoberta e apuramento da veracidade processual.

3 – O despacho referido no número anterior identifica a conta ou as contas abrangidas pela medida, o período da sua duração e a autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal responsável pelo controlo.

4 – O despacho previsto no número 2 pode ainda incluir a obrigação de suspensão de movimentos especificados, sempre que tal seja necessário e exigido a prevenir a prática de crime de branqueamento de capitais.

5 – A suspensão cessa se não for confirmada por autoridade judiciária, no prazo de 72 horas.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÃO DE SIGILO.

1 – As pessoas referidas no número 1 do artigo 1º do presente capítulo, ficam vinculadas pelo segredo de justiça quanto aos actos previstos nos artigos 1º ao 3º, do presente capítulo de que tomem conhecimento, não podendo nomeadamente divulgá-las às pessoas cujas contas são controladas ou sobre as quais foram pedidas informações ou documentos.

CAPÍTULO QUARTO – OUTROS MEIOS DE PRODUÇÃO DE PROVA.

ARTIGO ÚNICO – REGISTO DE VOZ E IMAGEM.

1 – É admissível, sempre que exigido para a investigação dos crimes referidos no número 2, do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, o registo de voz e de imagem, por quaisquer meios ou formas, sem o consentimento do visado.

2 – A produção destes registos depende de prévia autorização ou ordem do juiz, consoante os casos, podendo ser usados registos que sejam relevantes para o apuramento da veracidade processual, que existam anteriores à prévia autorização ou ordem do juiz.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMINALIDADE ORGANIZADA, BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.

ARTIGO ÚNICO – CRIMINALIDADE ORGANIZADA E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.

1 – Para efeitos dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, os crimes constantes das alíneas deste artigo, são punidos nos termos do disposto na parte segunda do código penal:

a) Tráfico de armas e de munições, material bélico, plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas, estupefacientes, bebidas alcoólicas, solanáceas e tabaco e medicamentos; nos termos do disposto no diploma das armas e das munições, no diploma do material bélico, no diploma das plantas filantrópicas, substâncias e preparações psicotrópicas, no diploma da vinha, do vinho e de outras bebidas alcoólicas, no diploma das solanáceas e do tabaco e no diploma dos medicamentos respectivamente;

b) Terrorismo nos termos do artigo 1º, do capítulo único, do título sexto do código penal e organização terrorista nos termos do artigo 2º, do capítulo único, do título sexto do código penal;

c) Tráfico de influência nos termos do artigo 23º, do capítulo primeiro, do título quinto, do código penal;

d) Corrupção activa nos termos do artigo 4º, do capítulo quinto, título primeiro e do artigo 2º, do capítulo quarto, do título quinto do código penal e corrupção passiva nos termos do artigo 3º, do capítulo quinto, do título primeiro e do artigo 1º, do capítulo quarto, do título quinto, do código penal;

e) Peculato; nos termos do artigo 5º, do capítulo quinto, do título primeiro e do artigo 3º, do capítulo quarto, do título quinto, do código penal;

f) Participação económica em negócio nos termos do artigo 6º, do capítulo quinto, do título primeiro e do artigo 4º, do capítulo quarto, do título quinto, do código penal;

g) Branqueamento de capitais nos termos do artigo 1º, do capítulo terceiro, do título quinto, do código penal, branqueamento de operações comerciais nos termos do artigo 2º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do código penal e troca comercial directa nos termos do artigo 3º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do código penal;

h) Associação criminosa nos termos do artigo 4º, do capítulo sétimo, do título terceiro, do código penal;

i) Contrabando; nos termos do artigo 1º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do código penal;

j) Tráfico e viciação de meios de transporte furtados, nos termos do artigo 9º, do capítulo quarto, do título primeiro, do código penal;

l) Lenocínio, prostituição e pornografia; nos termos dos artigos 6º, 8º e 9º respectivamente, do capítulo quinto, do título segundo, do código penal;

m) Contrafacção e falsificação; nos termos dos artigos 2º, 3º, 5º, 6º, 8º e do 12º ao 16º, do capítulo quarto, do título terceiro, do código penal;

n) Escravidão nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do título segundo, do código penal e tráfico de pessoas e de órgãos humanos nos termos do artigo 3º, do capítulo quarto, do título segundo, do código penal;

o) Jogo ilegal nos termos do artigo 6º, do capítulo sétimo, do título terceiro, do código penal;

p) Suborno nos termos do artigo 7º, do capítulo terceiro, do título quinto, do código penal, extorsão nos termos do artigo 7º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do código penal, infidelidade nos termos do artigo 8º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do código penal, infidelidade diplomática nos termos do artigo 11º, do capítulo primeiro, do título quinto, do código penal e usura nos termos do artigo 9º, do capítulo terceiro, do título primeiro, do código penal;

q) Insolvência dolosa nos termos do artigo 4º, do capítulo quarto, do título primeiro, do código penal e administração danosa nos termos do artigo 2º, do capítulo quinto, do título primeiro e do artigo 4º, do capítulo sexto, do título primeiro, do código penal;

r) Especulação nos termos do artigo 3º, do capítulo quarto, do título primeiro, do código penal, conspiração por especulação nos termos do artigo 1º, do capítulo sexto, do título primeiro do código penal e receptação nos termos do artigo 8º, do capítulo quarto, do título primeiro, do código penal;

s) Abuso de patente nos termos do artigo 1º, do capítulo quarto, do título primeiro, do código penal e pirataria nos termos do artigo 2º, do capítulo quarto, do título primeiro, do código penal;

t) Subversão, adulteração e transformação nos termos do artigo 15º, do capítulo quinto, do título terceiro, do código penal;

u) Enriquecimento ilícito nos termos do artigo 5º, do capítulo sexto, do título primeiro, do código penal.

CAPÍTULO SEXTO – PERDA DE BENS A FAVOR DO ESTADO.

ARTIGO PRIMEIRO – PERDA DE BENS.

1 – São declarados perdidos a favor do estado os bens materiais que tiverem servido ou estivessem destinados a servir para a prática de um dos crimes previstos no presente diploma ou que pelos mesmos actos tiverem sido produzidos.

2 – Todas as mercadorias, matérias-primas, percursores e matérias subsidiárias em uso e utilização nas actividades constantes do presente diploma obtidas por via de actos ilícitos, são sempre declarados perdidos a favor do estado.

3 – O disposto nos números anteriores têm lugar ainda que nenhum cidadão ou entidade possa ser punido ou punida pelo facto.

4 – Em caso de condenação pela prática dos crimes referidos no número 2 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título e para efeitos de perda de bens a favor do estado, presume-se constituir vantagem da actividade criminosa a diferença entre o

valor do património do arguido e aquele que seja congruente com o seu rendimento lícito declarado.

5 – Para efeitos da presente lei, compreende-se por património do arguido, o conjunto de bens:

a) Que estejam na titularidade do arguido ou em relação aos quais este detenha o domínio e o benefício à data do crime cometido ou posteriormente;

b) Transferidos por terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória nos dez anos antecedentes ao acto crime cometido pelo arguido ou posteriormente;

c) Recebidos pelo arguido nos dez anos anteriores ao cometimento do acto crime, ainda que não se consiga determinar o seu destino.

ARTIGO SEGUNDO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO.

1 – É perdido a favor do estado:

a) Toda a recompensa dada ou prometida aos autores de uma infracção prevista no presente diploma, para o próprio ou para terceiros;

b) Os bens materiais, direitos e vantagens que através da infracção cometida, tiverem sido directamente adquiridos pelo autor, para si ou para terceiros, sem prejuízo dos direitos de boa-fé de terceiros; ou

c) Os bens materiais, direitos e vantagens obtidos mediante transacção ou troca por outros bens materiais, direitos ou vantagens directamente conseguidos por meio da infracção.

2 – Caso a recompensa, bem material, direito ou vantagem referidos no número anterior não puder ser apropriado em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao estado do respectivo valor.

3 – Estão compreendidos neste artigo, imóveis, meios de transporte, móveis, electrodomésticos com excepção do frigorífico e do fogão, depósitos bancários à ordem e a prazo, títulos de garantia, débito e crédito, jóias, obras de arte e demais bens de fortuna.

ARTIGO TERCEIRO – PROMOÇÃO DE PERDA DE BENS.

1 – Compete ao órgão de soberania jurídico competente pelo processo e pela sentença liquidar na acusação, o montante apurado como devendo ser perdido a favor do estado.

2 – Sempre que não for possível a liquidação no momento da acusação, a mesma poderá ser efectuada até à leitura da sentença, sendo deduzida nos próprios autos ou sentença.

3 – Efectuada a liquidação, pode esta ser alterada dentro do prazo previsto no número anterior sempre que houver conhecimento superveniente da inexactidão do valor antes determinado.

4 – Recebida a liquidação ou a respectiva alteração no órgão de soberania jurídico competente pelo processo, é imediatamente notificada ao arguido e ao seu defensor.

ARTIGO QUARTO – PROVA.

1 – Sem prejuízo da consideração pelo órgão de soberania jurídico nos termos gerais de toda a prova produzida no processo, pode o arguido provar a origem lícita dos bens referidos no número 5 do artigo primeiro, do presente capítulo.

2 – Para efeitos do número anterior, é admissível qualquer meio de prova válida em processo penal.

3 – A presunção no número 4 do artigo 1º, do presente capítulo, é ilidida sempre que provado que os bens:

- a) Resultam de rendimentos provenientes de actividade lícita;
- b) Estavam na titularidade do arguido há pelo menos dez anos, face ao momento do cometimento do acto crime;
- c) Foram adquiridos pelo arguido com rendimentos lícitos obtidos no período referido na alínea anterior.

4 – Se a liquidação do valor a perder em favor do estado for deduzida na acusação, a defesa deve ser apresentada na contestação. Se a liquidação for posterior à acusação, o prazo de defesa é de 21 dias contados da notificação da liquidação

5 – A prova referida nos números 1 a 3 é transmitida em conjunto com a defesa.

ARTIGO QUINTO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS.

1 – Sempre que os bens apreendidos a arguidos em processo penal por infracção relativa ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita se encontrarem inscritos em registo público em nome de terceiros, os titulares de tais registos são notificados para deduzirem a defesa dos seus direitos e fazerem prova sumária da sua boa-fé, podendo após a averiguação da veracidade da mesma, nos termos do número 4, ser-lhe restituído o bem.

2 – Não existindo registo, todo o terceiro que invocar a titularidade de bem material, direito ou vantagem, quando o mesmo sujeito a apreensão ou a medidas legalmente previstas aplicada a arguido por infracção constante do presente diploma, pode deduzir no processo a defesa dos seus direitos, através de requerimento em que alegue a sua boa-fé, indicando todos os elementos de prova, até ao momento da declaração de perda.

3 – Entende-se por boa-fé a inocência de que os objectos estivessem nas situações previstas no artigo 1º do presente capítulo.

4 – Ao requerimento a que se refere o número 2), é declarada a autorização do terceiro para que o órgão de soberania jurídico responsável pelo respectivo acto processual possa consultar os elementos pessoais e familiares que entenda necessário, preciso e exigido ao apuramento da veracidade da boa-fé constante, nomeadamente dados fiscais, sociais, notariais, financeiros e da área jogo, competindo ao respectivo órgão de soberania jurídico de forma célere e no mais curto espaço de tempo deduzir oposição.

5 – Realizadas as diligências necessárias, precisas e exigidas, o órgão de soberania jurídico decide.

6 – Se face à titularidade dos bens materiais, direitos ou garantias a questão se revelar complexa ou susceptível de causar perturbação ao normal processamento dos actos processuais, pode o juiz determinar o adiamento da decisão até ao rigoroso apuramento da veracidade da sua propriedade.

ARTIGO SEXTO – ARRESTO.

1 – Para garantia do valor determinado nos termos do número 4 do artigo 1º, do presente capítulo, é decretado o arresto de bens do arguido.

2 – A todo o momento o órgão de soberania jurídico competente pelo processo pode requerer o arresto de bens do arguido no valor correspondente ao apurado como constituindo vantagem de actividade criminosa.

3 – O arresto é decretado pelo juiz, independentemente de alguma disposição legal a que o mesmo esteja obrigado, sempre que existirem indícios da prática do crime.

4 – Em tudo o que não contrarie o disposto no presente diploma, é aplicável ao arresto o regime de arresto preventivo previsto no código de processo penal.

ARTIGO SÉTIMO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DO ARRESTO.

1 – O arresto cessa se for prestada caução económica de valor idêntico ao valor apurado do arresto a realizar.

2 – Sempre que em qualquer momento do processo, for apurado que o valor susceptível de perda é menor ou maior do que o inicialmente apurado, o órgão de soberania jurídico competente pelo processo, requer respectivamente a redução do arresto ou a sua ampliação.

3 – O arresto ou a caução económica extinguem-se com a decisão final absolutória.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÃO DE PERDA.

1 – Na sentença condenatória o tribunal declara o valor que deve ser perdido a favor do estado, nos termos do artigo 1º, do presente capítulo.

2 – Sempre que o valor declarado na sentença condenatória for inferior ao dos bens arrestados ou à caução económica prestada, são um ou outro reduzidos até esse montante.

3 – Sempre que não tiver sido prestada caução económica, o arguido pode pagar voluntariamente o montante referido no número anterior, nos cinco dias subsequentes ao trânsito em julgado da sentença, extinguindo-se o arresto com o pagamento.

4 – Sempre que não se verificar o respectivo pagamento referido no número anterior, são perdidos a favor do estado os bens arrestados.

ARTIGO NONO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS.

1 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido transformados ou convertidos em outros bens materiais, são estes perdidos a favor do estado, em substituição dos que lhe deram origem.

2 – Se as recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens tiverem sido misturados com bens lícitamente adquiridos, são estes perdidos a favor do estado até à proporção do valor estimado dos que foram ilícitamente misturados.

ARTIGO DÉCIMO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS.

1 – O disposto nos artigos 1º, 2º, 5º e 9º do presente capítulo é também aplicável aos juros, lucros, dividendos e outros benefícios obtidos por via dos bens nos mesmos referidos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO.

1 – As recompensas, bens materiais, direitos ou vantagens declarados perdidos a favor do estado, reverterem para o órgão de soberania jurídico envolto do respectivo acto processual, constando da relação de receitas adquiridas no exercício da sua actividade jurídica.

2 – Os bens materiais considerados perdidos a favor do estado, são analisados, quantificados e qualificados de modo e forma à sua venda em hasta pública, sendo os bens materiais que pela sua natureza ou característica, possam vir a ser utilizados na prática de crimes ou infracções à lei, destruídos no caso de não oferecerem quaisquer interesses criminalístico, científico ou didáctico.

3 – Na falta de convenção internacional, os bens materiais apreendidos a solicitação de estado estrangeiro ou os fundos provenientes da sua venda, são repartidos equitativamente entre o estado requerente e o estado requerido.

TÍTULO SEGUNDO – AUTORIDADES, INFORMAÇÕES E RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

CAPÍTULO PRIMEIRO – SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLO.

ARTIGO PRIMEIRO – AUTORIDADES.

1 – A supervisão e fiscalização do cumprimento dos deveres previstos no presente diploma, compete:

a) No caso das entidades financeiras, ao real instituto financeiro português;

b) No caso das entidades não financeiras:

1 – Ao real instituto do jogo português, relativamente às entidades referidas nas alíneas a) a f) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro;

2 – Ao real instituto da construção português, relativamente aos cidadãos ou entidades referidas nas alíneas g) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro;

3 – Ao real instituto dos transportes português, relativamente aos cidadãos ou entidades referidas na alínea h) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro;

4 – Ao real instituto da agricultura e dos vegetais português, ao real instituto da pecuária e dos animais português, ao real instituto da pesca, do pescado e do plâncton português, ao real instituto da extracção e dos minerais português, ao real instituto da água português, ao real instituto das artes belas português respectivo, aos reais institutos da indústria portugueses respectivos, ao real instituto do comércio português, aos reais institutos dos serviços e às respectivas ordens bastonárias, relativamente aos cidadãos ou entidades referidas na alínea i) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro;

5 – Às respectivas ordens bastonárias, relativamente aos cidadãos ou entidades referidas nas alíneas j), l) e m) do artigo 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS.

1 – No âmbito das respectivas atribuições, compete às autoridades de supervisão e fiscalização referidas no número anterior:

a) Regularizar as condições de exercício, os deveres de informação e esclarecimento, bem como os instrumentos, mecanismos e formalidades de aplicação, exigidos ao efectivo e pleno cumprimento dos deveres previstos no capítulo segundo, do presente título, sempre com observância dos princípios da legalidade, exigência, adequação e proporcionalidade;

b) Fiscalizar o cumprimento das normas constantes do presente diploma e dos correspondentes diplomas regulamentares de aplicação sectorial.

2 – O real instituto financeiro português procede a consultas recíprocas, directamente ou através dos órgãos institucionais próprios, antes de emitir regulamentação sobre a matéria prevista no presente diploma, de modo e forma a evitar qualquer eventual sobreposição, lacuna ou oposição entre as respectivas normas regulamentares.

ARTIGO TERCEIRO – CONTROLO.

1 – O controlo do cumprimento dos deveres previstos no presente diploma, compete à real procuradoria de justiça portuguesa, aos órgãos de soberania jurídicos portugueses e aos órgãos de soberania policiais no âmbito das respectivas responsabilidades, funções e competências.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – Os reais institutos portugueses, órgãos de soberania jurídicos e fiscais, direcção geral das alfândegas, real banco de Portugal, guarda real portuguesa, ministérios e artes bastonárias, bem como todas as entidades envolvidas de todo o processo, deveram promover a troca de informações e implementar mecanismos para uma efectiva cooperação administrativa e técnica tendentes à execução das suas competências no âmbito do presente diploma.

ARTIGO QUINTO – DEVER DE COMUNICAÇÃO DAS AUTORIDADES.

1 – Sempre que no exercício das suas funções e competências as autoridades de supervisão, fiscalização e controlo das entidades financeiras e das entidades não financeiras sujeitas ao presente diploma, detenham o conhecimento ou suspeitem de factos susceptíveis de poder configurar a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais ou do financiamento do terrorismo, devem participá-los no imediato momento à real procuradoria de justiça portuguesa, caso a comunicação ainda não tenha sido realizada.

2 – Às informações prestadas nos termos do número anterior é aplicável o disposto no artigo 14º, do capítulo segundo, do título primeiro.

CAPÍTULO SEGUNDO – INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA.

ARTIGO PRIMEIRO – ACESSO À INFORMAÇÃO.

1 – Para cabal e pleno desempenho das suas atribuições e competências de prevenção dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, os PROCURADORES de justiça português, tem acesso em tempo útil, à informação financeira, fiscal, notarial, social e de jogo, bem como judicial e policial, a qual fica obrigada ao disposto no número 2 do artigo 10º, do capítulo segundo, do título primeiro.

ARTIGO SEGUNDO – DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO.

1 – Compete às autoridades de supervisão, fiscalização e controlo das entidades financeiras e das entidades não financeiras sujeitas ao presente diploma, incluindo os sectores ministeriais de regulação das actividades profissionais, emitir alertas e difundir informação actualizada no âmbito das suas atribuições e competências legais, sobre tendências e práticas conhecidas, com o propósito de prevenir os crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

ARTIGO TERCEIRO – RETORNO DE INFORMAÇÃO.

1 – Os PROCURADORES de justiça portugueses devem dar o retorno oportuno de informação às entidades sujeitas e às autoridades de supervisão, fiscalização e controlo sobre o encaminhamento e o resultado das comunicações suspeitas dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, por aquelas comunicadas.

ARTIGO QUARTO – RECOLHA, MANUTENÇÃO E PUBLICAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS.

1 – Compete à real procuradoria de justiça portuguesa preparar e manter actualizados os dados estatísticos relativos ao número de transacções suspeitas comunicadas e ao encaminhamento e resultados de tais comunicações.

2 – As autoridades judiciais devem remeter anualmente ao real supremo tribunal de justiça português, os dados estatísticos relativos aos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, nomeadamente o número de casos investigados, de cidadãos acusados em processo judicial e de cidadãos condenados, bem como o montante de bens congelados, apreendidos ou declarados perdidos a favor do estado.

3 – Compete ao real supremo tribunal de justiça português proceder à publicação dos dados estatísticos recolhidos sobre os crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, sendo os mesmos

publicados, divulgados e difundidos nos meios de comunicação da COROA REAL PORTUGUESA.

CAPÍTULO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO NO ESPAÇO.

1 – Independentemente da nacionalidade do autor, o disposto no presente capítulo é aplicável a:

- a) Factos praticados em espaço territorial português;
- b) Factos praticados fora do espaço territorial português de que sejam responsáveis as entidades referidas nos artigos 3º e 4º, do capítulo primeiro, do título primeiro, actuando por intermédio de sucursais ou filiais ou em prestação de serviços, bem como as pessoas que em relação a tais entidades, se encontrem em alguma das situações previstas na alínea c) do número 1 do artigo seguinte.
- c) Factos praticados a bordo de meios de transporte internacionais portugueses, salvo tratado ou convenção imperial portuguesa ou internacional em contrário.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE.

1 – Pela prática dos crimes constantes do presente diploma, podem ser responsabilizados:

- a) As entidades financeiras;
- b) As entidades não financeiras;
- c) As pessoas singulares que sejam membros dos órgãos sociais das entidades referidas nas alíneas anteriores ou que nelas exerçam cargos de direcção, chefia ou gerência, ou que actuem em sua representação, legal ou voluntária e ainda no caso da violação de dever de segredo nos termos do artigo 13º, do capítulo segundo, do título primeiro, os seus funcionários e outros cidadãos que lhes prestem serviço permanente, sazonal ou ocasional.

2 – As pessoas colectivas são responsáveis pelas infracções quando os factos tenham sido praticados no exercício das respectivas actividades ou em seu nome, ou por sua conta, pelos titulares dos seus órgãos sociais, mandatários, representantes, funcionários ou quaisquer outros colaboradores permanentes, sazonais ou ocasionais.

3 – A responsabilidade da pessoa colectiva não exclui a responsabilidade individual dos respectivos autores.

4 – Não obsta à responsabilidade individual dos autores, a circunstância de o tipo legal de infracção exigir determinados elementos pessoais e estes só se verificarem na

pessoa colectiva ou exigir que o autor pratique o facto no seu interesse, tendo aquele actuado no interesse de terceiros.

5 – A invalidade e a ineficácia jurídicas dos actos em que se funde a relação entre o autor individual e a pessoa colectiva, não obstam a que seja aplicado o disposto nos números anteriores.

ARTIGO TERCEIRO – CUMPRIMENTO DO DEVER OMITIDO.

1 – Sempre que a instauração do processo-crime resulte da omissão de um dever, a aplicação da sentença não dispensam o infractor da injunção do cumprimento do dever omitido.

ARTIGO QUARTO – PRESCRIÇÃO.

1 – O procedimento relativo aos processos crimes previstos no presente capítulo, não prescreve no tempo, sendo julgados no imediato momento do seu conhecimento.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS COLECTIVAS.

1 - As pessoas colectivas respondem solidariamente pelo processamento dos processos crimes em que sejam condenados os seus dirigentes, mandatários, representantes ou funcionários pela prática de infracções punidas nos termos do presente diploma.

2 – Os titulares dos órgãos de administração de pessoas colectivas que podendo fazê-lo, não se tenham oposto à prática da infracção respondem individualmente e subsidiariamente pela prática do crime cometido, ainda que as mesmas à data da condenação, hajam sido dissolvidas ou entrado em processo de liquidação.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.

1 – O incumprimento das obrigações de identificação, da verificação e do registo da identidade dos clientes, representantes e beneficiários efectivos, em violação do disposto no artigo 2º e na alínea a) do número 1 e no número 2 dos artigos 25º ao 30º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE.

1 – A realização dos procedimentos de verificação da identidade dos clientes, representantes e beneficiários efectivos, com inobservância das normas constantes nos números 1, 2, 4 e 5 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título primeiro, sobre o momento temporal em que os mesmos devam ter lugar, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS BANCÁRIOS.

1 – A permissão de realização de movimentos a débito ou a crédito em contas de depósito bancário, a disponibilização de instrumentos de pagamento sobre essas contas ou a realização de alterações na titularidade das mesmas, quando não precedidas da verificação da identidade dos clientes, em violação do número 3 do artigo 3º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE DILIGÊNCIA.

1 – A inobservância dos procedimentos e directrizes de diligência previstos nas alíneas a) a e) do número 1 do artigo 4º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO – INADEQUAÇÃO AO GRAU DE RISCO.

1 – A não adequação da natureza e extensão dos procedimentos de verificação da identidade e das directrizes de diligência ao grau de risco existente, em violação do disposto no número 1 do artigo 5º, do capítulo segundo, do título primeiro, bem como a ausência da demonstração de tal adequação perante as autoridades competentes, em violação do disposto no número 2 do mesmo artigo, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou

c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – OMISSÃO DE DILIGÊNCIA REFORÇADA.

1 – A omissão total ou parcial das directrizes acrescidas de diligência aos clientes, a operações susceptíveis de revelar um maior risco dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e às relações transfronteiriças de correspondência bancária com instituições estabelecidas em países externos ao império português, em violação do disposto respectivamente nos artigos 6º e 19º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE RECUSA.

1 – O incumprimento do dever de recusa de execução de operações em conta bancária, de estabelecimento de relações de negócio ou de realização de transacções ocasionais, quando não forem facultados os elementos de identificação ou os elementos de informação referidos respectivamente, nas alíneas a) e b) do número 1 do artigo 7º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – NÃO REALIZAÇÃO DE ANÁLISE.

1 – A não realização de análise referente às circunstâncias que determinaram a recusa de uma operação, relação de negócio ou transacção ocasional e da respectiva comunicação imediata à real procuradoria de justiça portuguesa, em violação do disposto no número 2 do artigo 7º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio não realizada ou não comunicada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE CONSERVAÇÃO.

1 – A ausência de conservação de originais, cópias, referências ou outros suportes duradouros demonstrativos do cumprimento dos deveres de identificação e diligência e da realização das operações, nos termos e pelos prazos previstos respectivamente nos números 1 e 2 do artigo 8º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE EXAME.

1 – O incumprimento do dever de examinar com especial atenção e cuidado as condutas, actividades ou operações susceptíveis de poderem estar relacionadas com os crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em violação do disposto no número 1 do artigo 9º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE EXAME.

1 – O incumprimento das obrigações de registo, arquivo e disponibilização dos resultados de exame de condutas, actividades ou operações suspeitas, em violação do disposto nos números 2 e 3 do artigo 9º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 366 dias;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação ao jantar a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE COMUNICAÇÃO.

1 – A ausência de comunicação imediata à real procuradoria de justiça portuguesa de operações susceptíveis de configurar a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em violação do disposto no artigo 10º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio envolta da ausência de comunicação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE ABSTENÇÃO.

1 – O incumprimento do dever de abstenção de execução de operações suspeitas previsto no número 1 do artigo 11º, do capítulo segundo, do título primeiro e das obrigações de prestação de imediata informação à real procuradoria de justiça portuguesa, previstas nos números 2 e 4 do mesmo artigo, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DESOBEDIÊNCIA DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO.

1 – O não acatamento de ordens de suspensão de execução de operações sujeitas, determinadas nos termos do número 2 do artigo 11º, do capítulo segundo, do título primeiro, bem como a execução de tais operações após a confirmação judicial da ordem de suspensão prevista no número 3 do mesmo artigo, é punido:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE COLABORAÇÃO.

1 – A não prestação de pronta colaboração aos PROCURADORES de justiça portugueses, á autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal competente pela direcção do inquérito ou às autoridades competentes pela supervisão, fiscalização e controlo do cumprimento dos deveres consignados no presente diploma, em violação do artigo 12º e do número 3 dos artigos 34º e 35º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE SEGREDO.

1 – A revelação aos clientes ou a terceiros da transmissão de comunicações à real procuradoria de justiça portuguesa e às respectivas entidades de supervisão, fiscalização e controlo ou de pendência de uma investigação criminal, em violação do disposto no número 1 do artigo 13º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio revelada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – DIVULGAÇÃO E INTERCÂMBIO.

1 – A divulgação e o intercâmbio de informações entre entidades ou pessoas referidas no número 2 do artigo 13º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio revelada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE CONTROLO.

1 – A ausência de definição e aplicação de directrizes, normas e procedimentos internos de controlo, em violação do disposto no artigo 15º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das operações, transacções ou relações de negócio realizadas durante o período da violação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – INEXISTÊNCIA DE MEDIDAS DE FORMAÇÃO.

1 – A não adopção de directrizes e programas de divulgação e formação em matéria de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em violação do disposto nos artigos 16º e 37º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das operações, transacções ou relações de negócio realizadas durante o período da inexistência de formação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONTAS OU CADERNETAS ANÓNIMAS.

1 – A abertura de contas, a existência de cadernetas anónimas, a subscrição de quaisquer títulos ou o depósito de valores patrimoniais, em violação do disposto no número 2 do artigo 17º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da conta ou caderneta anónima, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS DEVERES POR TERCEIROS.

1 – O recurso à execução de deveres de identificação e diligência por entidades terceiras, com inobservância das condições e termos previstos no artigo 18º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 3 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 100 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envolvidas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DO DEVER ESPECÍFICO DE COMUNICAÇÃO.

1 – A ausência de comunicação à real procuradoria de justiça portuguesa de operações que relevem especial risco dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e cuja obrigação de reporte tenha sido determinada pela autoridade de supervisão sectorial, em violação do disposto no artigo 20º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – VIOLAÇÃO DO DEVER ESPECÍFICO DE COLABORAÇÃO.

1 – A inexistência de sistemas e instrumentos que permitam às entidades financeiras responder pronta e cabalmente aos pedidos de informação apresentados pelos PROCURADORES de justiça portugueses ou pelas autoridades judiciais ou órgãos de polícia criminal, em violação do disposto no artigo 21º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – VIOLAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EM SUCURSAIS E FILIAIS EXTERNAS AO IMPÉRIO PORTUGUÊS.

1 – O incumprimento das obrigações de aplicação de directrizes preventivas equivalentes, de comunicação de normas e procedimentos internos, de prestação de informação às autoridades de supervisão, fiscalização e controlo e da adopção de directrizes preventivas suplementares, no âmbito das actividades de sucursais e filiais em estados soberanos externos ao império português, em violação do disposto no artigo 22º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
 - b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das operações, transacções ou relações de negócios realizadas durante o período de tempo da violação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
 - c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
 - d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
 - e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
 - f. Com um dia de pausa mensal;
 - g. Com uma alimentação a pão e água;
 - h. Com direito a uma visita mensal;
- 2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:
- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
 - b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
 - c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO – RELAÇÕES COM BANCOS DE FACHADA.

1 – O estabelecimento ou a manutenção de relações com bancos de fachada ou com instituições de crédito que com estes se relacionem, em violação do disposto no artigo 23º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio das operações, transacções ou relações de negócios realizadas

durante o período de tempo da relação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – NÃO TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA.

1 – A não transferência para as respectivas contas bancárias dos investidores em casinos, jogos por sistema informático, jogos de apostas, lotarias e concursos, em roletas populares, brindes e rifas, em hipódromos e bingos, por parte das entidades respectivas dos montantes adquiridos ou obtidos no acto de investimento, nos termos da alínea b) do número 1 dos artigos 25º ao 30º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punida:

a. Pelas consequências do acto praticado;

b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio dos montantes não transferidos, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;

d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VIOLAÇÃO POR ENTIDADES COM ACTIVIDADE DE CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIA, MEIOS DE TRANSPORTE E DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE.

1 – O incumprimento das obrigações de comunicação impostas aos cidadãos ou entidades com actividades de construção e de imobiliário, às actividades envoltas dos meios de transportes e aos demais sectores da actividade económica, em violação do disposto nos artigos 31º, 32º e 33º, do capítulo segundo, do título primeiro, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente a 21 anos, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- d. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- e. Com um dia de pausa mensal;
- f. Com uma alimentação a pão e água;
- g. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; ou
- c. Um terço da pena se o acto lesivo agravar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DA INJUNÇÃO.

1 – O incumprimento da injunção emitida nos termos do número 1 do artigo 3º, do presente capítulo, é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio realizada, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;
- g. Com uma alimentação a pão e água;
- h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – VIOLAÇÃO DOS DIPLOMAS REGULAMENTARES SECTORIAIS E BASTONÁRIOS.

1 – A violação das normas constantes dos diplomas regulamentares sectoriais e bastonários, emitidos em aplicação do presente diploma, no exercício da competência prevista na alínea a) do número 1 do artigo 2º, do capítulo primeiro, do presente título, é punida:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio envolta da violação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;

- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;
- e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;
- f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

- a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;
- b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e
- c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – FALSIDADE, RECUSA OU NÃO ENTREGA DE INFORMAÇÕES.

1 – Todo o cidadão que sendo membro dos órgãos sociais, funcionário ou cidadão que às mesmas entidades prestem serviços, de órgãos de soberania, empresas ou instituições, públicas ou privadas, que nos termos do disposto no capítulo segundo, do presente título:

- a) Forneça informações ou entregue documentos falsos ou deturpados no âmbito de procedimento ordenado;
 - b) Sem justa causa, se recusar a prestar informações ou entregar documento, ou obstruir a sua apreensão; ou
 - c) Violar o cumprimento das obrigações previstas,
- é punido:

- a. Pelas consequências do acto praticado;
- b. Acrescido de pena de cadeia efectiva equivalente ao número de dias do valor próprio da operação, transacção ou relação de negócio envolta da violação, multiplicado por três, sendo o dia valorizado a 7,15 contos a reverter para o estado;
- c. Numa pena nunca inferior a 7 anos;
- d. Numa real prisão portuguesa a uma distância igual ou superior a 200 Quilómetros da sua área de residência;

e. No exercício de funções de cariz infra estrutural, de construção, manutenção e reparação das vias de comunicação a erguer na vida do reino de Portugal;

f. Com um dia de pausa mensal;

g. Com uma alimentação a pão e água;

h. Com direito a uma visita mensal;

2 – AGRAVAÇÃO, Acresce-se:

a. O triplo da pena pela reincidência dos actos criminosos e pela perversidade e censurabilidade das circunstâncias envoltas;

b. O dobro da pena se incompatibilidade de restituição dos montantes dos prejuízos e transtornos causados; e

c. Um terço da pena se o acto lesivo prejudicar de forma grave a paz, ordem e harmonia da comunidade e do reino de Portugal.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA, DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição que colaborar, cooperar e participar nos actos preparatórios dos crimes previstos no presente diploma, é punido com a pena correspondente à prática do próprio crime.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – PENAS ACESSÓRIAS.

1 – Todo o cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição condenado ou condenada por crimes previstos no presente diploma, pode atenta a concreta gravidade do facto e a sua projecção na idoneidade cívica do autor, ser:

a) Excluído do estatuto de eleito, eleitor ou jurado;

b) Excluído da ordem profissional ao qual está agregado e de exercer a sua função profissional;

c) Proibido da detenção, do uso e porte de arma e de munições;

d) Revogada ou suspensa a autorização concedida para o exercício da actividade, por tempo determinado ou em definitivo, podendo ser excluído do exercício da sua actividade laboral ou institucional e consequentemente à dissolução e encerramento da respectiva actividade;

e) Excluído de fundos, apoios ou subsídios estatais específicos concedidos ao sector de actividade que os incorpora;

- f) Interdito de ausência para o exterior sem autorização;
- g) Interdito da frequência de certos locais;
- h) Proibido de comunicar, acompanhar, alojar ou receber certos cidadãos;
- i) Obrigado a apresentar-se periodicamente a entidades competentes;
- j) Perdido a favor do estado os bens materiais que pertençam ao próprio ou à entidade e que constituam risco para o próprio ou para a comunidade ou que favoreçam a prática de novos crimes;

l) Privado da gestão de apoios, subsídios ou benefícios atribuídos a título particular ou familiar, devendo os mesmos ser confiados à respectiva entidade envolta do processo.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL.

1 – Quanto à matéria constante do presente diploma e na falta de disposição específica do presente diploma, são aplicáveis subsidiariamente as disposições do CÓDIGO PENAL e respectiva legislação complementar.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA.

1 – Para efeitos do presente diploma, a lei penal portuguesa é ainda aplicável a factos cometidos fora do espaço territorial português:

- a) Quando praticados por estrangeiros, desde que o autor se encontre em Portugal e não seja extraditado;
- b) Quando praticados a bordo de meio de transporte contra o qual Portugal imponha medidas de fiscalização e controlo face ao tráfico ilícito de bens materiais ou prestação de serviços.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos a aplicação das medidas previstas no presente diploma, com as devidas adaptações quando cidadão a elas sujeita for menor e sem prejuízo da aplicação pelos órgãos de soberania jurídicos da legislação respeitantes a adolescentes com mais de 16 anos e aos líderes até aos 21 anos.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL.

1 – São considerados casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada, as condutas que integrem os crimes constantes deste diploma.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS.

1 – Relativamente aos crimes praticados por entidades financeiras e por entidades não financeiras sujeitas ao presente diploma, a averiguação das infracções, a instrução processual e a sentença jurídica, é da competência de cada um órgão de soberania jurídico envolto do processo-crime.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS CONSUMIDORES, UTILIZADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS.

1 – Compete à guarda real portuguesa proceder sempre que entender exigido ou a solicitação de uma outra entidade, a acções de fiscalização e controlo dos consumidores e utilizadores de bens materiais, procedendo à correspondente identificação do consumidor ou utilizador, identificação do produto em sua posse, verificação do local de compra, data da aquisição, bem como dos prestadores de serviços, de modo e forma a prevenir a prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

2 – Sempre que não seja possível proceder nos termos legais à identificação do consumidor, utilizador ou prestador de serviço no local e no momento da ocorrência, as autoridades policiais procederam à detenção do mesmo cidadão, para garantir a sua comparência perante os órgãos de soberania jurídicos da área de circunscrição geográfica da ocorrência, nas condições do regime legal de detenção para identificação.

ARTIGO SÉTIMO – COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS E CERTAMES CONTRA A CRIMINALIDADE.

1 – Compete a cada um sector ministerial a realização de colóquios, conferências e certames de cariz criminal de prevenção dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, envolvendo as demais entidades envolvidas das competências de supervisão, fiscalização e controlo.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

1 – Compete à guarda real portuguesa a investigação própria ou sob a alçada dos órgãos de soberania jurídicos dos crimes constantes do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados pelas autoridades competentes de supervisão, fiscalização e controlo, pelos agentes económicos envolto do exercício das actividades constantes do presente diploma ou de que colha notícia.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos em colaboração com os reais institutos portugueses envoltos das matérias constantes do presente diploma, observar, analisar e deliberar sobre os crimes cometidos ao longo de cada um ano de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, relacionar os actos criminosos perpetrados com os sectores ministeriais de actividade, relevando os sectores ministeriais mais susceptíveis da prática dos respectivos crimes e averiguar se os actos crimes foram praticados nas relações de negócios internos, ou nas relações externas com entidades do império português ou com entidades de estados soberanos externos ao império português e quais as nacionalidades,

2 – Compete após a avaliação dos dados, o consequente reforço nos meios de comunicação social da consciência cívica de cada um profissional nos diversos sectores de actividade na exigência e total rigor, competência e transparência, de modo e forma a prevenir os respectivos crimes envolto dos dados negativos, ou sempre que as circunstâncias o exijam a reforçar a atenção e o cuidado das responsabilidades e deveres exigidos na realização de tais relações de negócios.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL.

1 – Compete aos órgãos de soberania jurídicos possuírem um registo central dos processos crimes previstos no presente diploma, que os órgãos de soberania policiais e a real procuradoria de justiça portuguesa terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

2 – Compete aos estabelecimentos de venda ao público dos diversos bens materiais ou serviços prestados possuir um registo central específico, de cada um sector de actividade ministerial, das transacções comerciais realizadas a cada momento, devidamente formulado pelos órgãos de soberania fiscais, que releve as características próprias de cada um bem material ou serviço prestado no reino de Portugal e que os órgãos de soberania policiais e os reais institutos portugueses correspondentes terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

3 – Compete a cada um real instituto português possuir um registo central de todos os titulares de autorizações a exercer cada uma das actividades envoltas de cada um sector ministerial, que releve o nome do cidadão ou da entidade, data de emissão, validade, entidade emissora e a actividade específica em exercício e que os órgãos de soberania

jurídicos e órgãos de soberania policiais terão acesso por via da realização das suas próprias competências, estando obrigados ao dever do sigilo profissional e ao segredo de justiça relativamente aos dados pessoais e colectivos constantes do registo central.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Em observância das convenções das nações unidas contra a criminalidade organizada, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, no tocante a extradição, auxílio judiciário mútuo, execução de sentenças penais estrangeiras e transmissões de processos criminais, aplicam-se subsidiariamente as disposições constantes das convenções.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

1 – Em qualquer momento os órgãos de soberania jurídicos podem pedir informações e solicitar a apresentação de documentos respeitantes a bens materiais, depósitos ou quaisquer outros valores pertencentes a arguido da prática dos crimes constantes do presente diploma ou a cidadão ou entidade que com o mesmo arguido se relacione no apuramento da veracidade processual, com vista à sua apreensão e perda para o estado.

2 – A prestação de informações ou a apresentação de documentos quer se encontre em suporte manual ou informático, não podem ser recusados por qualquer cidadão, órgão de soberania, empresa ou instituição, pública ou privada, desde que o pedido se mostre individualizado e suficientemente concretizado, bastando para o efeito a identificação do arguido ou do suspeito e sempre que o mesmo exigido para o apuramento da veracidade do processo dos nomes do agregado familiar ou de terceiros envolvidos da investigação em curso.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES.

1 - Compete a cada um órgão de soberania jurídico envolto dos crimes previstos no presente diploma, remeter:

a) Após a deliberação da sentença jurídica final, cópia do acto processual ao real instituto português, ao ministério ou ao bastonário respectivo do acto crime praticado, para que procedam sempre que necessário, preciso e exigido à correcção, rectificação ou aprofundamento de directrizes, normas ou procedimentos interno de cada um sector ministerial ou arte bastonária, tendentes à prevenção do respectivo crime;

b) Ao real supremo tribunal de justiça português até ao dia 10 de Janeiro a relação anual do número de processo-crime e das apreensões de bens materiais envolvidos dos mesmos crimes, com menção das deliberadas como existências, das declaradas para destruição e das quantias cedidas a terceiros e respectiva entidade.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL.

1 – Compete aos PRESIDENTES das áreas presidenciais da ordem, da segurança, da justiça, fiscal, notarial, social, financeira e do jogo:

a) Assegurar a representação do estado português a nível internacional, de modo que as matérias da cooperação das actividades constantes do presente diploma sejam tratados;

b) Acompanhar a aplicação dos instrumentos de direito internacional relativos às respectivas matérias, de modo e forma a garantir a compatibilidade e coerência dos dados a transmitir para as entidades imperiais portuguesas e internacionais;

c) Fornecer às instâncias competentes do império português e das nações unidas os dados, informações e relatórios previstos nas convenções, em colaboração com as demais entidades actuates e intervenientes nas matérias constantes do presente diploma;

d) Difundir no âmbito nacional, as informações e dados recolhidos a nível imperial português e internacional, bem como outros por si reunidos que se revelem pertinentes.

2 – A real procuradoria de justiça portuguesa e a real provedoria de justiça portuguesa são as entidades competentes para dar provimento às solicitações de ordem jurídica constantes das convenções das nações unidas contra a criminalidade organizada, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, canalizando-as para as entidades respectivas e zelando pela sua resposta atempada.

3 – A guarda real portuguesa é a entidade competente para dar provimento às solicitações de ordem judiciária constantes das convenções das nações unidas contra a criminalidade organizada, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

4 – As entidades que forneçam dados de natureza estatística a instâncias do império português, das nações unidas, da organização internacional da polícia criminal/Interpol e do conselho de cooperação aduaneiro, em matéria de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, remetem cópia dos mesmos dados fornecidos à guarda real portuguesa, ao real instituto português e ao ministério ou bastonário respectivo.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL.

1 – As forças de segurança policiais devem planear e empreender em todo o momento, operações especiais de prevenção criminal em áreas geográficas delimitadas

com a finalidade de controlar, detectar, localizar, prevenir, assegurar ou verificar a regularidade da situação da prática dos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, minimizando o risco da prática de infracções associados aos mesmos ou sempre que hajam suspeitas da prática de crime ou da sua preparação.

2 – A delimitação das áreas geográficas para a realização das operações especiais de prevenção pode abranger:

a) Pontos de controlo de acesso a locais susceptíveis de uma maior vulnerabilidade dos crimes constantes do presente diploma;

b) Gares de transportes colectivos rodoviários, ferroviários, aéreos e marinhos, bem como o interior dos meios de transporte, vias públicas ou locais públicos ou privados e respectivos acessos;

c) Áreas residenciais ou de actividades específicas, cujos residentes ou cidadãos que as frequentam constem de possíveis infractores às matérias constantes do presente diploma, por via das acções de vigilância e de patrulhamento policial, bem como de informações recolhidas ou de actos de denúncia;

3 – As operações especiais de prevenção criminal podem compreender em função da exigência do acto, sempre que haja indícios da prática dos crimes previstos no presente diploma, risco de resistência ou de desobediência qualificada à autoridade ou a necessidade de condução à esquadra policial dos respectivos cidadãos por não ser possível a correcta identificação dos dados pessoais, a identificação e sempre que exigido a revista dos cidadãos que se encontrem na área geográfica ou local da realização da operação, a revista dos respectivos locais em que se encontrem ou de locais que com o facto e com os mesmos cidadãos se relacionem, bem como de meios de transporte ou equipamentos envolvidos do facto.

4 – Compete à guarda real portuguesa na realização das operações especiais de prevenção criminal a verificação das relações de negócios previstos no presente diploma, dos bens materiais que se encontrem em trânsito nas zonas portuárias, aeroportuárias, rodoviárias e ferroviárias, com a possibilidade de abertura de volumes e contentores e quebra dos respectivos selos, para confirmação e avaliação das mercadorias, da sua proveniência e destino.

5 – As operações especiais de prevenção criminal são comunicadas pelo CORONEL do órgão de soberania policial responsável pela respectiva operação à real procuradoria de justiça portuguesa, à real provedoria de justiça portuguesa e ao órgão de soberania jurídico da respectiva área de circunscrição geográfica da realização da operação, com a antecedência exigida ao sucesso da operação, mencionando a delimitação geográfica e temporal das medidas previstas.

6 – Sem prejuízo da autonomia técnica e tática das forças de segurança policiais e independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as operações devem ser acompanhadas por um magistrado do órgão de soberania jurídico

respectivo o qual será responsável pela prática dos actos de competência jurídicos de que da operação possam resultar.

7 – As operações especiais de prevenção criminal podem prosseguir para além dos espaços geográfico e temporal delimitados e determinados se os actos a empreender forem decorrentes de outros iniciados no âmbito da delimitação inicial.

8 – Sempre que no âmbito de uma operação especial de prevenção criminal se torne necessário empreender buscas domiciliárias ou outros actos da exclusiva competência de juiz de instrução, são adoptadas independentemente da modalidade técnica disponível que se revele mais apropriada, as medidas exigidas e necessárias ao acompanhamento por parte deste magistrado.

9 – Sempre que a operação deva ser realizada e desenvolvida em mais do que uma comarca, intervém o juiz de instrução que nos termos da lei, tenha competência no território da comarca no qual a operação se iniciou.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO.

1 – Compete ao parlamento, avaliar, planear e executar as acções, medidas e programas específicos de prevenção da criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo em consonância com os respectivos ministérios e bastonários envolvidos das matérias constantes do presente diploma, tendo presente a sua natureza pluridisciplinar.

2 – Compete à família a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento social dos descendentes e alertar os princípios e valores da integridade, nobreza e honra.

3 – Compete à área jurídica proceder a acções pedagógicas de sensibilização no ambiente escolar relativa aos deveres, responsabilidades e compromissos de cada um no exercício das funções, qualificações e habilitações profissionais e às consequências dos actos gerados.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL.

1 – Anualmente e até ao dia 31 de Janeiro os ministérios, bastonários, os reais institutos portugueses, o real supremo tribunal de justiça português e a guarda real portuguesa, remetem ao parlamento um relatório discriminado relativo ao ano cessante sobre todos os dados que possuam face às matérias constantes do presente diploma e as suas competências respectivas.

2 – O relatório tem por finalidade fornecer ao parlamento informação pormenorizada sobre a situação do reino de Portugal em matéria de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e as actividades desenvolvidas pelas entidades com intervenção nas áreas da prevenção primária e da repressão face aos mesmos crimes.

ARTIGO QUINTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO MONETÁRIO E SECTORIAL.

1 – Todos os cidadãos ou entidades que possuam moeda metálica ou moeda papel, independentemente do estado soberano ou da organização continental ou internacional a que a mesma corresponda, em circulação em todo o globo terrestre, fora das instituições financeiras presentes no reino de Portugal, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, denunciar a sua posse ao banco de Portugal, não se processando quaisquer tipo de procedimento criminal relativos aos depósitos das mesmas verbas.

2 – Todos os cidadãos ou entidades a exercer actividades económicas de forma ilícita, devem durante os 183 dias que medeiam entre a publicação do presente diploma e a sua entrada em vigor, requerer aos respectivos institutos portugueses dos sectores de actividade a autorização exigida ao exercício da respectiva actividade, sob o compromisso de emissão pelo real instituto português respectivo de autorização nos termos da lei para a prossecução do exercício da respectiva actividade, devendo posteriormente à concessão da licença e sempre que não estejam colectados nos órgãos de soberania fiscais, colectar-se no imediato momento nos termos da lei.

3 – Tendo presente a participação estatal de 10% por cento no capital social de cada uma empresa, individual e colectiva ou instituição, compete a todos os cidadãos ou entidades envolvidas do manifesto voluntário do exercício de actividades ilícitas a concessão a título directo e não oneroso da respectiva comparticipação estatal de 10% no capital social da respectiva actividade económica.

4 – As mercadorias que constem das actividades ilícitas são objecto de avaliação pelas entidades competentes nos próprios locais de armazenagem ou estabelecimentos de venda ao público, sendo após o exame e análise a requerimento do interessado e tendo presente a sua legalização nos termos do presente diploma:

a) Colocados no mercado de consumo após a respectiva autorização dos seus proprietário para o exercício da actividade,

b) Vendidas a terceiros sendo o seu proprietário indemnizado pelo montante do seu valor agrícola, pecuário, pesqueiro, extractivo, artesanal ou industrial correspondente sempre que as mesmas certificadas, habilitadas e qualificadas para o mercado de consumo; ou

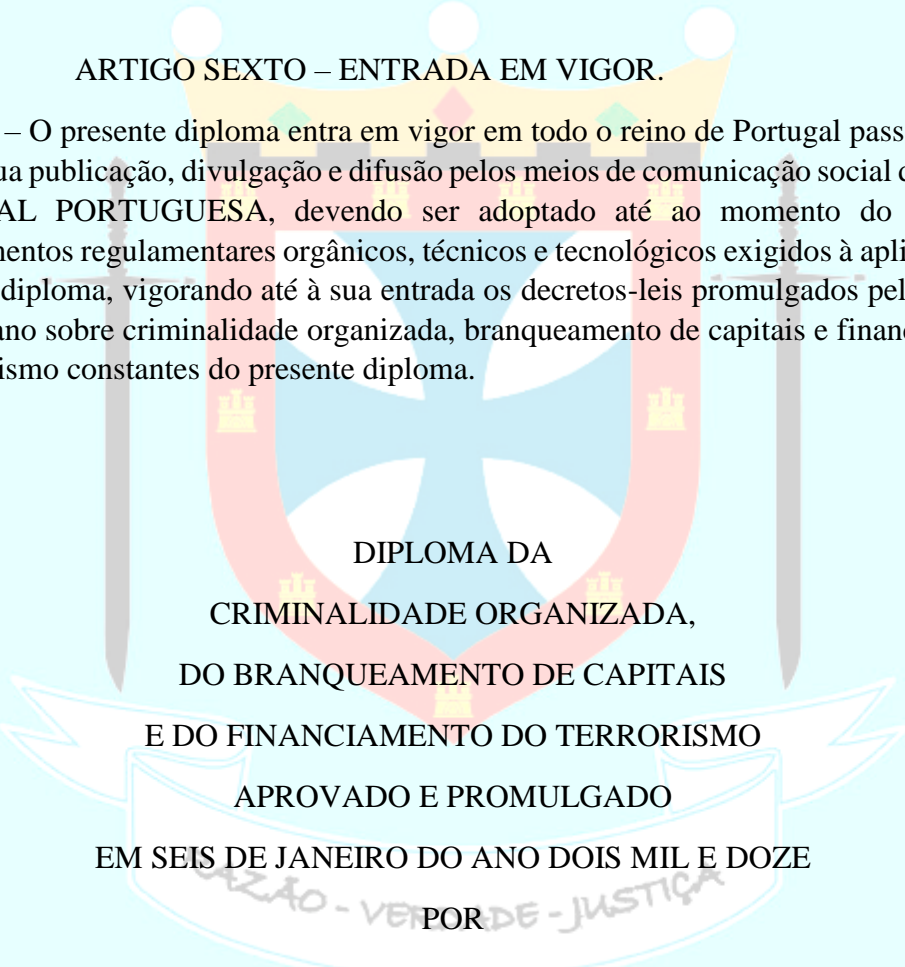
c) Destruídas sempre que se verifique que no exame e análise de avaliação e peritagem do seu estado, características e classificação não puderem ser legalizadas, por estarem compreendidas nas mercadorias proibidas ou por se encontrarem deterioradas ou adulteradas e sempre que as mesmas não se revistam de interesse didáctico ou científico ou não forem solicitadas amostras por quaisquer entidades, competindo ao respectivo proprietário proceder à declaração de destruição, sob pena de serem consideradas declaradas perdidas a favor do estado e consequentemente destruídas nos termos da lei, não existindo lugar a qualquer indemnização.

5 – Deveram nos termos do número 1 serem denunciados no mesmo acto as respectivas matérias-primas, matérias subsidiárias e percursos constantes do presente diploma em posse do seu proprietário.

6 – Todo o cidadão ou entidade que possuir moeda metálica ou moeda papel que não para fins numismáticos e que não as tenha depositado no banco de Portugal, bem como todo o cidadão ou entidade que não sendo para consumo, uso ou utilização próprio deter ou possuir bem material exigido ao exercício de actividades económicas constantes do presente diploma, o não denunciar e não proceder ao respectivo exame e análise, é punido pelos crimes de criminalidade organizada, do branqueamento de capitais ou do financiamento do terrorismo.

ARTIGO SEXTO – ENTRADA EM VIGOR.

1 – O presente diploma entra em vigor em todo o reino de Portugal passados 183 dias da sua publicação, divulgação e difusão pelos meios de comunicação social da CASA IMPERIAL PORTUGUESA, devendo ser adoptado até ao momento do acto, os procedimentos regulamentares orgânicos, técnicos e tecnológicos exigidos à aplicação do presente diploma, vigorando até à sua entrada os decretos-leis promulgados pelo regime republicano sobre criminalidade organizada, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo constantes do presente diploma.



DIPLOMA DA
CRIMINALIDADE ORGANIZADA,
DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS
E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO
APROVADO E PROMULGADO
EM SEIS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E DOZE
POR
SUA MAJESTADE,
EL REI SUPREMO O IMPERADOR,

DOM FILIPE ARMANDO CORREIA SANTOS.

ÍNDICE

DIPLOMA DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA, DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO:

DIPLOMA DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA, DO BRANQUEAMENTO DE
CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – 1:

TÍTULO PRIMEIRO – CRIMINALIDADE ORGANIZADA, BRANQUEAMENTO DE
CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – 2.

CAPÍTULO PRIMEIRO – DISPOSIÇÕES GERAIS – 2.

ARTIGO PRIMEIRO – OBJECTO E CONCEITOS – 2.

ARTIGO SEGUNDO – ÂMBITO DA APLICAÇÃO E DO CONTROLO
– 3.

ARTIGO TERCEIRO – ENTIDADES FINANCEIRAS – 4.

ARTIGO QUARTO – ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS – 5.

ARTIGO QUINTO – LEIS E CONCEITOS TÉCNICOS – 6.

ARTIGO SEXTO – DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO – 7.

ARTIGO SÉTIMO – PREVENÇÃO DO CRIME – 7.

CAPÍTULO SEGUNDO – DEVERES DAS ENTIDADES SUJEITAS – 7.

ARTIGO PRIMEIRO – DEVERES GERAIS – 7.

ARTIGO SEGUNDO – DEVER DE IDENTIFICAÇÃO – 7.

ARTIGO TERCEIRO – PROCESSAMENTO DA VERIFICAÇÃO DA
IDENTIDADE – 8.

ARTIGO QUARTO – DEVER DE DILIGÊNCIA – 9.

ARTIGO QUINTO – ADEQUAÇÃO AO GRAU DE RISCO – 9.

ARTIGO SEXTO – DEVER DE DILIGÊNCIA REFORÇADO – 10.

ARTIGO SÉTIMO – DEVER DE RECUSA – 11.

ARTIGO OITAVO – DEVER DE CONSERVAÇÃO – 11.

ARTIGO NONO – DEVER DE EXAME – 12.

ARTIGO DÉCIMO – DEVER DE COMUNICAÇÃO – 12.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DEVER DE ABSTENÇÃO – 13.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – DEVER DE COLABORAÇÃO – 13.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – DEVER DE SEGREDO – 13.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – PROTECÇÃO NA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES – 14.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – DEVER DE CONTROLO – 15.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – DEVER DE FORMAÇÃO – 15.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – DEVERES DAS ENTIDADES FINANCEIRAS – 16.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – EXECUÇÃO DOS DEVERES POR TERCEIROS – 16.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DEVER ESPECÍFICO DE DILIGÊNCIA REFORÇADO – 16.

ARTIGO VIGÉSIMO – DEVER ESPECÍFICO DE COMUNICAÇÃO – 17.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – DEVER ESPECÍFICO DE COLABORAÇÃO – 17.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – SUCURSAIS E FILIAIS EM ESTADOS SOBERANOS EXTERNOS AO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 17.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – BANCOS DE FACHADA – 18.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – DEVERES DAS ENTIDADES NÃO FINANCEIRAS – 18.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONCESSIONÁRIOS DE EXPLORAÇÃO DE JOGO EM CASINOS – 18.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – ENTIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGO POR SISTEMA INFORMÁTICO – 19.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – ENTIDADES PAGADORAS DE PRÉMIOS DE APOSTAS, LOTARIAS E CONCURSOS – 19.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – ROLETAS POPULARES, BRINDES E RIFAS – 20.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – CONCESSIONÁRIOS DE EXPLORAÇÃO DE HIPÓDROMOS – 20.

ARTIGO TRIGÉSIMO – CONCESSIONÁRIOS DE EXPLORAÇÃO DE BINGOS – 20.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – ENTIDADES COM ACTIVIDADES DE CONSTRUÇÃO E DE IMOBILIÁRIO – 21.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – ENTIDADES COM ACTIVIDADES ENVOLTAS DOS MEIOS DE TRANSPORTE – 22.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – AGRICULTORES, PECUÁRIOS, PESQUEIROS, EXTRACTORES, ARTESÃOS, INDUSTRIAIS, COMERCIANTES E PRESTADORES DE SERVIÇOS – 23.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS, AUDITORES E CONSULTORES FISCAIS – 23.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – ADVOGADOS E SOLICITADORES – 24.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – DISSUAÇÃO DA PRÁTICA DA ACTIVIDADE – 24.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – DEVER ESPECÍFICO DE FORMAÇÃO – 24.

CAPÍTULO TERCEIRO – SEGREDO PROFISSIONAL – 25.

ARTIGO PRIMEIRO – QUEBRA DE SEGREDO PROFISSIONAL – 25.

ARTIGO SEGUNDO – PROCEDIMENTO DE ACESSO ÀS BASES DE DADOS – 26.

ARTIGO TERCEIRO – CONTROLO DE CONTAS BANCÁRIAS – 26.

ARTIGO QUARTO – OBRIGAÇÃO DE SIGILO – 27.

CAPÍTULO QUARTO – OUTROS MEIOS DE PRODUÇÃO DE PROVA – 27.

ARTIGO ÚNICO – REGISTO DE VOZ E IMAGEM – 27.

CAPÍTULO QUINTO – CRIMINALIDADE ORGANIZADA, BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – 27.

ARTIGO ÚNICO – CRIMINALIDADE ORGANIZADA E BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – 27.

CAPÍTULO SEXTO – PERDA DE BENS A FAVOR DO ESTADO – 29.

ARTIGO PRIMEIRO – PERDA DE BENS – 29.

ARTIGO SEGUNDO – BENS MATERIAIS OU DIREITOS RELACIONADOS COM O FACTO – 30.

ARTIGO TERCEIRO – PROMOÇÃO DE PERDA DE BENS – 30.

ARTIGO QUARTO – PROVA – 31.

ARTIGO QUINTO – DEFESA DE DIREITOS DE BOA-FÉ DE TERCEIROS – 31.

ARTIGO SEXTO – ARRESTO – 32.

ARTIGO SÉTIMO – MODIFICAÇÃO E EXTINÇÃO DO ARRESTO – 32.

ARTIGO OITAVO – DECLARAÇÃO DE PERDA – 32.

ARTIGO NONO – BENS TRANSFORMADOS, CONVERTIDOS OU MISTURADOS – 33.

ARTIGO DÉCIMO – LUCROS E OUTROS BENEFÍCIOS – 33.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – DESTINO DOS BENS DECLARADOS PERDIDOS A FAVOR DO ESTADO – 33.

TÍTULO SEGUNDO – AUTORIDADES, INFORMAÇÕES E RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 34.

CAPÍTULO PRIMEIRO – SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLO – 34.

ARTIGO PRIMEIRO – AUTORIDADES – 34.

ARTIGO SEGUNDO – COMPETÊNCIAS – 34.

ARTIGO TERCEIRO – CONTROLO – 35.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 35.

ARTIGO QUINTO – DEVER DE COMUNICAÇÃO DAS
AUTORIDADES – 35.

CAPÍTULO SEGUNDO – INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA – 36.

ARTIGO PRIMEIRO – ACESSO À INFORMAÇÃO – 36.

ARTIGO SEGUNDO – DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO – 36.

ARTIGO TERCEIRO – RETORNO DE INFORMAÇÃO – 36.

ARTIGO QUARTO – RECOLHA, MANUTENÇÃO E PUBLICAÇÃO
DE DADOS ESTATÍSTICOS – 36.

CAPÍTULO TERCEIRO – RESPONSABILIDADE CRIMINAL – 37.

ARTIGO PRIMEIRO – APLICAÇÃO NO ESPAÇO – 37.

ARTIGO SEGUNDO – RESPONSABILIDADE – 37.

ARTIGO TERCEIRO – CUMPRIMENTO DO DEVER OMITIDO – 38.

ARTIGO QUARTO – PRESCRIÇÃO – 38.

ARTIGO QUINTO – RESPONSABILIDADE DAS PESSOAS
COLECTIVAS – 38.

ARTIGO SEXTO – VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES – 38.

ARTIGO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE
VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE – 39.

ARTIGO OITAVO – VIOLAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS
BANCÁRIOS – 40.

ARTIGO NONO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE DILIGÊNCIA – 40.

ARTIGO DÉCIMO – INADEQUAÇÃO AO GRAU DE RISCO – 41.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO – OMISSÃO DE DILIGÊNCIA
REFORÇADA – 42.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE
RECUSA – 43.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO – NÃO REALIZAÇÃO DE ANÁLISE – 43.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE CONSERVAÇÃO – 44.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE EXAME – 45.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE EXAME – 46.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE COMUNICAÇÃO – 46.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE ABSTENÇÃO – 47.

ARTIGO DÉCIMO NONO – DESOBEDIÊNCIA DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO – 48.

ARTIGO VIGÉSIMO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE COLABORAÇÃO – 49.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE SEGREDO – 50.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO – DIVULGAÇÃO E INTERCÂMBIO – 50.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO – VIOLAÇÃO DO DEVER DE CONTROLO – 51.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO – INEXISTÊNCIA DE MEDIDAS DE FORMAÇÃO – 52.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO – CONTAS OU CADERNETAS ANÓNIMAS – 53.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO – VIOLAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS DEVERES POR TERCEIROS – 53.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO – VIOLAÇÃO DO DEVER ESPECÍFICO DE COMUNICAÇÃO – 54.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO – VIOLAÇÃO DO DEVER ESPECÍFICO DE COLABORAÇÃO – 55.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO – VIOLAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EM SUCURSAIS E FILIAIS EXTERNAS AO IMPÉRIO PORTUGUÊS – 56.

ARTIGO TRIGÉSIMO – RELAÇÕES COM BANCOS DE FACHADA – 56.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO – NÃO TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA – 57.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO – VIOLAÇÃO POR ENTIDADES COM ACTIVIDADE DE CONSTRUÇÃO E IMOBILIÁRIA, MEIOS DE TRANSPORTE E DEMAIS SECTORES DE ACTIVIDADE – 58.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO – INCUMPRIMENTO DA INJUNÇÃO – 59.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO – VIOLAÇÃO DOS DIPLOMAS REGULAMENTARES SECTORIAIS E BASTONÁRIOS – 59.

ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO – FALSIDADE, RECUSA OU NÃO ENTREGA DE INFORMAÇÕES – 60.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO – ACTOS PREPARATÓRIOS NOS CRIMES DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA, DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E DO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO – 61.

ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO – PENAS ACESSÓRIAS – 61.

TÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES NORMATIVAS – 62.

CAPÍTULO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO SUBSIDIÁRIA – 62.

ARTIGO PRIMEIRO – LEGISLAÇÃO PENAL – 62.

ARTIGO SEGUNDO – APLICAÇÃO DA LEI PENAL PORTUGUESA – 62.

ARTIGO TERCEIRO – MEDIDAS RESPEITANTES A MENORES – 62.

ARTIGO QUARTO – LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL – 63.

ARTIGO QUINTO – COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA JURÍDICOS – 63.

ARTIGO SEXTO – FISCALIZAÇÃO E CONTROLO DOS CONSUMIDORES, UTILIZADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS – 63.

ARTIGO SÉTIMO – COLÓQUIOS, CONFERÊNCIAS E CERTAMES CONTRA A CRIMINALIDADE – 63.

CAPÍTULO SEGUNDO – NORMAS ESPECIAIS – 63.

ARTIGO PRIMEIRO – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL – 63.

ARTIGO SEGUNDO – COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL – 64.

ARTIGO TERCEIRO – REGISTO CENTRAL – 64.

ARTIGO QUARTO – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL – 65.

ARTIGO QUINTO – PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS – 65.

ARTIGO SEXTO – COMUNICAÇÃO DAS DECISÕES – 65.

CAPÍTULO TERCEIRO – DISPOSIÇÕES FINAIS – 66.

ARTIGO PRIMEIRO – REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL – 66.

ARTIGO SEGUNDO – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE PREVENÇÃO CRIMINAL – 66.

ARTIGO TERCEIRO – ACTIVIDADES DE PREVENÇÃO – 68.

ARTIGO QUARTO – RELATÓRIO ANUAL – 68.

ARTIGO QUINTO – MANIFESTO VOLUNTÁRIO MONETÁRIO E SECTORIAL – 69.

ARTIGO SEXTO – ENTRADA EM VIGOR – 70.

ÍNDICE – 71.

RAZÃO - VERDADE - JUSTIÇA